



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 74, TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2023

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - (cargo vago)

4ª - (cargo vago)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 46^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE MAIO DE 2023

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Jorge Kajuru – Considerações sobre a operação da Polícia Federal que investiga a possível manipulação de resultados em partidas de futebol, enfatizando a necessidade de regulamentar o setor de apostas esportivas.	7
Senador Confúcio Moura – Aplausos pela indicação do Senador Camilo Santana como Ministro da Educação. Sugestão de que o MEC reexamine a decisão de extinguir a Secretaria de Alfabetização e da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue. Defesa do Projeto de Lei nº 88/2023, que dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública.	16
Senador Eduardo Girão – Preocupação com as condições de trabalho e saúde mental dos profissionais da segurança pública do País. Indignação com a suposta censura das mídias sociais de pessoas e de empresas de manifestarem a livre opinião.	20
Senador Izalci Lucas – Críticas a dispositivos da Medida Provisória nº 1147/2022, que estabelecem a transferência de 5% dos recursos do Sesc e do Senac para a Embratur. Defesa da implementação do novo ensino médio e da discussão de um Plano Nacional de Educação para garantir a estrutura necessária à educação profissionalizante de qualidade no País.	26
1.2.2 – Convocação de Sessões	
Convocação de sessão especial para 16 de maio de 2023, às 11 horas, em memória da Nakba, a catástrofe palestina	30
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 16 de maio de 2023, às 14 horas	30
1.3 – ENCERRAMENTO	30

PARTE II



2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 46ª SESSÃO**2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Documento encaminhado à publicação**

Senador Eduardo Girão - Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. 32

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Projeto de Decreto Legislativo**

Nº 150/2023, do Senador Zequinha Marinho, que *susta os efeitos do item “a” da condicionante específica nº 2.6 da Licença de Operação nº 1.317/2015, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis*. 41

3.1.2 – Projetos de Lei

Nº 2555/2023, do Senador Jorge Kajuru, que *altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais*. 46

Nº 2556/2023, da Senadora Teresa Leitão, que *estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública*. 51

3.1.3 – Requerimentos

Nº 454/2023, do Senador Carlos Portinho, de destaque para votação em separado da Emenda nº 48 da Medida Provisória nº 1147/2022. 62

Nº 455/2023, do Senador Carlos Portinho, de destaque para votação em separado da Emenda nº 52 da Medida Provisória nº 1147/2022. 66

Nº 456/2023, da Senadora Eliziane Gama e outros Senadores, de realização de sessão especial, em setembro de 2023, destinada a celebrar os 180 anos do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). ... 71

3.1.4 – Término de Prazo

Término do prazo, em 12 de maio de 2023, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 123/2018. 75

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 76

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 79

6 – LIDERANÇAS 80

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 82



8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	86
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	87
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	112

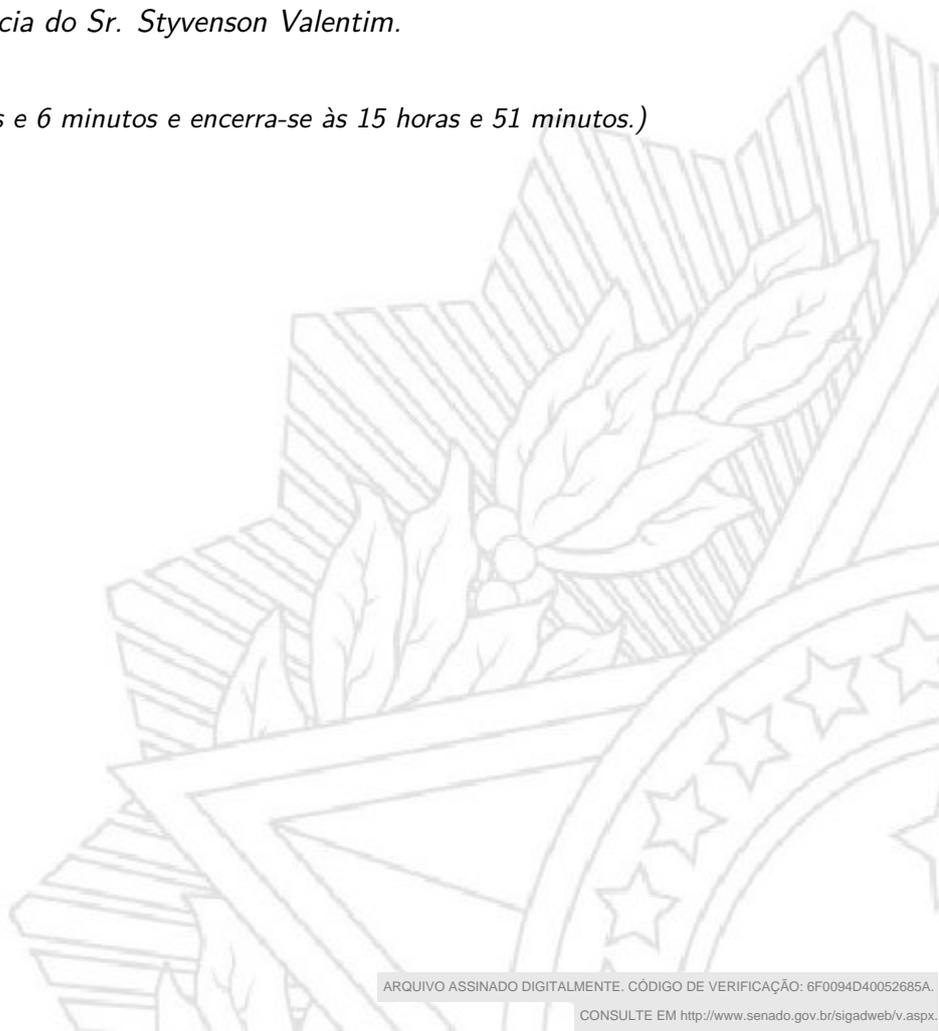


Ata da 46ª Sessão, Não Deliberativa,
em 15 de maio de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Styvenson Valentim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos e encerra-se às 15 horas e 51 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras.

Sessão não deliberativa do dia 15 de maio de 2023, às 14h.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesses partidários ou parlamentares.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio de totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

O campeão, Senador Kajuru, ocupa a tribuna por dez minutos, meu grande Relator.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Não são 20?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Vinte minutos? Desculpe, Senador Girão. Vou botar 30. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – O Girão, se deixar, quer um discurso de uma hora, não?

Primeiro, ótima semana, Deus e saúde a todos e todas aqui nesta Casa!

Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, quem nos acompanha pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, redes sociais, o meu respeito, e presente amigo, voz da segurança pública do Rio Grande do Norte, sempre presente no início de cada sessão para presidi-la, nosso querido Capitão Styvenson, eu vou dar aqui, Senador Girão – que é do futebol, como eu –, um nome. Eu vou batizar como máfia das apostas eletrônicas o escândalo que está sacudindo o futebol brasileiro. Começou com um leve tremor no fim do ano passado, e gradativamente está assumindo a proporção de um terremoto, Senador Confúcio Moura, voz da educação, com repercussões agora até no exterior. A Polícia Federal teve de entrar em campo, a meu ver, com atraso. Ela já deveria, lá atrás, ter começado, porque nós, aqui no Congresso, pelo menos aqui nesta tribuna, desde o ano passado alertávamos o país inteiro sobre esses fatos.

Eu estive no Rio Grande do Norte, no seio da família do Capitão Styvenson, quando, lá, tomei conhecimento de um resultado que me deixou aturdido: um time, desculpe, inexpressivo do seu estado goleou o Guarani, de Campinas, por cinco a zero. Como não desconfiar de um resultado como esse?

Só que, agora, a gente está ouvindo tubarão. Não é time pequeno, não. Agora, é tubarão.

Então, finalmente, a Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senador Kajuru, nem posso pedir um aparte, mas deixa eu ver se eu entendi.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para apartear.) – Você considerou o time potiguar ruim assim?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ruim, não. Péssimo. Péssimo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ou o resultado é duvidoso porque já poderia ter essa máfia?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, isso foi máfia. O resultado foi máfia.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) –



Só para entender.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ter certeza.

Se jogador de time grande está vendendo cartão, ou seja, sofre um cartão amarelo, sofre um cartão vermelho e pega no bolso dele, na carteira dele, R\$50 mil, isso em time grande, eu estou falando... O que você acha do time do Guarani, um time que já foi presidido por gente da máfia? O Guarani já teve um presidente que já foi um dos homens mais mafiosos do Brasil. Quer que eu dê o nome dele aqui? Beto Zini. Eu sou dessa época da imprensa esportiva.

Eu falava agora mesmo com a Thaísa, uma das melhores jornalistas deste país, da *Folha de S.Paulo*, do tempo em que eu escrevia na *Folha de S.Paulo* e denunciava constantemente, com nomes.

Então, a Polícia Federal, nas investigações, alimenta a esperança de que serão devidamente apuradas todas as denúncias de manipulação de resultados em partidas de futebol.

É preciso, claro, reconhecer o trabalho já desenvolvido pelo Ministério Público de Goiás, estado onde foi feita, em novembro do ano passado, a primeira denúncia por parte do Presidente do Vila Nova Futebol Clube, envolvendo partida da Série B do Campeonato Brasileiro.

Após cinco meses de trabalho, os promotores concluíram que o esquema criminoso tem dois núcleos distintos. Um é formado pelos apostadores, Styvenson, que aliciam atletas para cometer pênaltis ou receber cartões durante os jogos e fazem nas apostas nos *sites* conhecidos como *bets*. O segundo é o dos financiadores, que dão o dinheiro para o pagamento dos jogadores aliciados.

Como líder do esquema é apontado um cidadão que se apresenta como um empresário de jogadores de futebol.

O grupo é acusado de organização criminosa e fraude ao Estatuto do Torcedor, com suspeitas de manipulação de partidas das Séries A e B do Campeonato Brasileiro de 2022, além de torneios estaduais de 2023.

A chamada Operação Penalidade Máxima concluiu uma etapa. E, na semana passada, a Justiça de Goiás acatou a denúncia feita pelo Ministério Público contra 16 investigados. Tudo indica que há muito mais gente envolvida.

Novas denúncias não param de surgir, cada vez envolvendo inclusive jogadores dos chamados grandes times da Série A. Isso levou a Confederação Brasileira de Futebol a divulgar nota para garantir que o Brasileiro de 2023 não será suspenso e informar que trabalha em conjunto com a FIFA, na busca de um modelo padrão de investigação.

Eu não sei a opinião do Girão, qual é? A minha já vou antecipar aqui.

Para mim, a Confederação Brasileira de Futebol, que estava mudando o seu nome – esse é o original –, está querendo voltar a ser o que foi por muito tempo: a casa bandida do futebol, comandada por Ricardo Teixeira e sua gangue. Dirigentes que foram expulsos do futebol, presos, e tiveram que sair. A CBF tinha, sim, que suspender o Campeonato Brasileiro para uma investigação profunda agora.

O início dos trabalhos da Comissão de Esporte, que vamos ter aqui, cuja Vice-Presidência poderá ter o meu nome, inclusive, segundo o Presidente Rodrigo Pacheco; para a Presidência, o nome sugerido até agora é o do Romário; mas o Girão tem que participar, o Styvenson... Tem que participar gente com coragem para entrar nesse vespeiro, por que isso tem nome, chama-se vespeiro.

O escândalo no futebol do país não é novidade, assim como a impunidade não é novidade. Em 1982, já na Imprensa Nacional, acompanhei a revista *Placar*, que desvendou o esquema que manipulava resultados de jogos da Loteria Esportiva. Dos 125 acusados, entre atletas, árbitros e dirigentes de futebol, apenas 20 foram indiciados. Detalhe triste – pasmem! –, nenhum deles foi preso. Nenhum! Olhem a impunidade!



Em 2005, partidas da Série A do Campeonato Brasileiro tiveram que ser remarçadas depois de descoberta a máfia do apito. Lembra, Girão, da máfia do apito? Não sei se você já presidia o Fortaleza? Ela interferia nos resultados dos jogos em benefício financeiro dos envolvidos. Dois árbitros acabaram banidos do futebol. Mas, novamente – pasmem! –, ninguém foi condenado. Ninguém.

Foi condenado um Juca Kfourri, jornalista; eu, Kajuru; o Mário Magalhães, da *Folha de S. Paulo*... Nós sofremos processos um atrás do outro. Como diz o ditado, gente, “três é demais”. Dois, você aceita, três não.

No caso, portanto – para concluir –, da máfia das apostas eletrônicas, esperamos que haja punições. Cada um tem que fazer a sua parte. A Polícia Federal precisa ir fundo nas investigações; o Ministério Público, apresentar as denúncias à Justiça, e esta dar celeridade às decisões. Torceremos pelas condenações, assim como esperamos sanções no âmbito da Justiça Esportiva.

Fechando, a CBF pode agir também, proibindo, por exemplo, que casas de apostas patrocinem o que Girão e eu defendemos nesta Casa, há mais de um mês: clubes e jogadores de futebol, assim como está acontecendo, e sendo exemplo para o mundo, na Inglaterra, com a proibição de placa de publicidade em camisa de time de futebol, de jogadores de futebol, fazendo comercial e recebendo milhões a cada 30 segundos.

Nós, legisladores, temos a obrigação, com o atraso de cinco anos, de regulamentarmos o setor de apostas esportivas. Aqui na Casa, há um único projeto de lei, de minha autoria, do Senador Mourão e também, agora, do Senador Girão, e o Governo está para encaminhar, o mais rápido possível, ao Congresso, uma medida provisória sobre o assunto.

Não há motivos para protelações, mais. Do contrário – Senador Izalci, que também defende a nossa causa –, precisamos, com urgência, dar a necessária contribuição para evitar algo que, para mim, está próximo, ou seja, o futebol brasileiro está a caminho do bártro.

Eu me lembro que Tasso Jereissati – que me deu estes óculos de presente, aliás, lindíssimos; Tasso, Senador inigualável, que eu tanto amo – veio perguntar para mim, no meu primeiro dia aqui: “Kajuru, o que significa bártro?”, ele e o Jaques Wagner. “Kajuru, você é culto demais”. Eu não sou culto nada. Bártro é o precipício. O futebol brasileiro caminha para o precipício, para o abismo.

Por quê? A credibilidade vai acabar, do nosso futebol, que é uma das principais, se não a maior, manifestações culturais do Brasil, tanto que o Senador Alvaro Dias, Styvenson, tem um projeto guardado nesta Casa extraordinário, Confúcio, como você tem vários na educação.

O Alvaro queria transformar a seleção brasileira num patrimônio da nossa cultura, tirando-a da Confederação Brasileira de Futebol, que se considera uma empresa privada: ninguém sabe quantos bilhões ela fatura; o que ela faz com o dinheiro dela, ela faz o que ela quer, não dá satisfação para ninguém; recebe uma fortuna com a seleção brasileira, com a camisa da seleção brasileira, que já foi vendida por bilhões – perfeito. E esse projeto não andou aqui. Ou seja, ele transformaria a seleção brasileira num patrimônio cultural. O Tribunal de Contas da União teria que receber, mensalmente, uma prestação de contas do que recebe, do que arrecada, do que gasta e do que investe a Confederação Brasileira de Futebol, que é a confederação mais rica do mundo – do mundo! –, simplesmente isso.

E, para concluir, eu cumprimento aqui as Organizações Globo. Por quê? Porque é o grupo que mais tem interesse na credibilidade do futebol, é a emissora que mais fatura em função de suas transmissões e da exclusividade em alguns campeonatos.

Mas, não! Ela está sendo independente. A reportagem que o Fantástico mostrou ontem mostra que a Rede Globo entrou no vespeiro – porque ela ainda não havia entrado. Por enquanto, você lia apenas na *Folha de S. Paulo*, no *Estadão* e em alguns outros veículos. A Globo entrou para valer, e, se ela entrou para valer, podemos esperar que, todo dia, no Jornal Nacional, vem algo novo e podre, infelizmente, daquilo



que eu mais amei na minha vida, e não amo mais, desde 2014, que se chama futebol brasileiro.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria fazer um aparte, se possível, Senador Styvenson, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu tenho o prazer de ouvi-lo.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Olha, em primeiro lugar, o senhor é culto sim, porque um discurso desses, poético inclusive, firme no que se coloca, é uma peça que tem que ser guardada com muito carinho aqui nos *Anais* desta Casa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, é recíproco.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor vem insistindo neste assunto há muito tempo, eu sou testemunha disso. Foi o pioneiro. E eu acho que, na vida, Senador Confúcio, nada acontece por acaso, Senador Styvenson. Cada um... A passagem que a gente tem na vida, profissional e pessoal, tem uma razão de ser, para algum aprimoramento com que a gente possa contribuir, para alguma possibilidade de colaboração.

Eu fui Presidente do Fortaleza. Quando eu era pequenininho...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi o maior, aliás, da história!

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não! Longe disso.

O clube é de 1918, é um clube centenário, e eu entrava pequenininho, no estádio, quando eu era mascote e entrava em campo com o time. Para mim, é o meu esporte predileto. O meu grande amigo de infância é o meu clube, o Fortaleza Esporte Clube.

Aprendi a admirar o rival, que chamam de rival, mas eu não gosto dessa palavra. O seu adversário é o Ceará. A minha esposa é torcedora. Você conhece...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei! A Márcia.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É torcedora alvinegra!

E eu quero ver o povo feliz. Então, para mim, com os dois na primeira divisão e brilhando... Ótimo! É claro que se joga Fortaleza contra Ceará, eu quero ver o Fortaleza sempre ganhando! (*Risos.*)

Mas eu quero dizer uma coisa para você: a gente está sendo enganado sem saber.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem saber. A gente está tomando bola nas costas.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu quero, em primeiro lugar, dizer que a maioria dos jogadores – a esmagadora maioria – é ética e a gente não está aqui para questionar, e árbitro também. A gente não está aqui para questionar a conduta de ninguém, mas eu confesso para o senhor, Senador Kajuru, que, logo quando o senhor levantou essa bandeira aqui, eu e o Senador Mourão estávamos juntos e, quando eu fui Presidente, eu fui muito criticado e quando saí também, porque eu sempre fui contra a venda de bebida alcoólica dentro de estádio de futebol.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu me lembro.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Você sabe o que significa isso, Senador Confúcio? É um faturamento importante para um clube que vive ali passando o chapéu, mas o esporte foi feito para unir, o esporte foi feito para a saúde, para a família e a coisa mais linda do mundo é você ver um estádio com crianças, com mulheres!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.



O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É a coisa mais linda! É a nossa paixão nacional o futebol.

E quando você vê a bebida ali patrocinando o nome do estádio, vendendo, enquanto a bola está rolando...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Assim como era o cigarro, não é?

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso eu acho uma coisa abominável, porque não tem nada a ver!

E eu lhe dou exemplos, aqui, bem clássicos! Para um time perder o mando de campo por causa de uma briga na arquibancada, na torcida, é daqui para ali, com álcool!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Daqui para ali.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque você já entra naquele espírito competitivo querendo ganhar, vencer, então, você já vê o outro como inimigo! E nós podemos ser adversários, jamais inimigos!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a bebida potencializa a violência. Os grandes estudiosos mostram isso. Será que não a gente não pode passar duas horas sem beber?

Então, nós perdemos, por uma manobra do Governo do Ceará, infelizmente. Lutamos! Alguns Deputados tentaram barrar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Deve ter faturado muito, hein? Não existe almoço de graça.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A gente perdeu no voto, Senador Kajuru, mas nós lutamos, fomos para debates...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei. Eu me lembro.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, ficou uma marca.

Aliás, foi o Presidente do Sport o grande pioneiro disso. Eu não estou lembrado do nome dele. Há cerca de cinco anos, ele também foi firme.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quanto a essa questão de apostas, que é uma coisa relativamente nova, agora, esses *bets*, eu confesso para o senhor que eu estou muito assustado.

Antes, quando a gente começou a levantar esse debate, eu achava que tinha que se proibir, imediatamente, propaganda, seja no uniforme, seja na placa dos estádios, até propaganda em veículos de comunicação! Eu sei que o senhor discorda e eu respeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não é que eu discorde. Eu acho que tem que haver um limite.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu acho que você não pode é cortar 100%, porque aí você está culpando os veículos de comunicação por algo por que eles não podem ser condenados.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eles



apenas transmitem um produto, transmitem uma publicidade, assim como uma cerveja, assim como um banco.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É uma linha muito tênue...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... porque isso está levando as pessoas para o vício, para perderem a produtividade...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Alienando as pessoas.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... perderem o emprego, perderem a família...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e perderem a vida.

Eu vi um caso desses agora, há dois finais de semana. Eu conversei com um torcedor que perdeu tudo, um evangélico...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você mandou a mensagem dele para mim.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que nunca botou uma gota de álcool na boca, Senador Confúcio. Ele foi por curiosidade para esses *bets*, de tanto ver propaganda, e ele perdeu tudo em poucos meses.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele se entusiasmou com R\$120, não foi?

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hã?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele recebeu R\$120, ficou entusiasmado, seguiu, e foi à falência.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E foi à falência.

Há 20 anos que ele trabalha na mesma empresa. Coitado! Eu falei com a família dele.

E quantos senhores desses, brasileiros irmãos e irmãs nossos, estão nessa situação que a gente não tem ideia? Então...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Rapidinho. Rapidinho.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você, o Confúcio e o Styvenson não sabem, mas eu vou contar para vocês. Eu não vou dar o nome, mas aqui, depois que eu sair da tribuna, eu falo.

Tem um colega nosso, excepcional, por sinal, um Senador, cujo neto, de dez anos, gastou, do cartão de crédito do avô, R\$16 mil com apostas. Neto de um Senador da República. Não ganhou nada!

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É vício.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpe-me por interromper.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, para encerrar, e o senhor já deu tempo mais do que necessário para eu concluir, mas é porque este assunto...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas a discussão é importante.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... emociona, eu confesso



para o senhor que me toca, pela responsabilidade social de um clube. Um clube tem que fazer a paz, a harmonia, uma vida saudável. Esta é uma função importante de um clube de futebol, e eu vejo que nós estamos perdendo isso por causa do dinheiro...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e dinheiro não é tudo. Como o senhor colocou e ensinou para o Senador Tasso Jereissati, que é meu conterrâneo, e a história do Ceará é antes e depois do Tasso Jereissati...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e também para o Senador Jaques Wagner, nós estamos caminhando para o bátraco.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Precipício. Abismo.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O precipício. E eu confesso que, numa situação dessa, eu sou muito comedido, Senador Kajuru. E eu estou me convencendo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como é em tudo.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a cada dia que não apenas a propaganda a gente deve começar a proibir. Eu acho que esses jogos que foram liberados ainda na época do Temer, do Presidente Temer, só que hoje não tem imposto, eu acho que a gente pode começar a pensar, com muita responsabilidade, pelo impacto social que tem e por destruir, devastar a magia do futebol, a essência do futebol, eu acredito que a gente pode começar a pensar em proibir, proibir essa questão de *bets*...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É o que eu penso.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... como já tem um movimento forte em outros países.

Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por nada. Eu que agradeço, Girão. Este assunto, assim como tantos outros, é fundamental que a gente ouça no plural, nunca no singular, e que a discussão seja assim, no plural.

Só rapidamente, Presidente Styvenson, você que adora anotar as minhas frases...

Quando eu passo frase para ele, ele diz “repete aí”, e aí vai e passa para as namoradas dele, entendeu? O Kajuru é o cupido dele. Mas, brincadeira à parte, eu não tenho a cultura do Confúcio, mas a minha cultura veio da leitura. Eu li mais do que vivi, graças a Deus. Então, para quem está aqui nas galerias – sejam bem-vindos, brasileiros e brasileiras, Deus saúde a todos –, guardem esta frase, que é de Millôr Fernandes, daquele livro *Millôr Definitivo – A Bíblia do Caos*. Hoje, um jornalista perguntou para mim: “Kajuru, mas você acredita que um jogador de futebol se venda? Ele aceita, Kajuru, grana para cometer pênalti?” Eu falei: Amigo, eu vou te lembrar uma frase do Millôr, presta atenção nela: “O dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo”. Não vai comprar o jogador de futebol? Ah, vá para “Punta del Este”!

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para apartear.) – Senador Kajuru, esse tema é instigante. Ainda mais porque está no momento, Senador Eduardo Girão, e eu vi o senhor falar. Como o senhor é especialista tanto em futebol como em jogo, eu queria... Eu fiquei aqui numas dúvidas, estava esclarecendo com o colega aqui do lado: como é que



funcionam essas apostas pelo mundo afora, Senador Eduardo Girão, já que não existe uma fronteira para a internet para o nosso país? O senhor disse proibir, mas proibir como, se essas empresas estão todas fora, estão em outros países? Não sei se taxar, conforme os cigarros são taxados e as bebidas, justamente para tirar até o estímulo dessas pessoas que recebem esses grandes recursos... E são muitos, não é? Porque não joga só no vício, Eduardo Girão, joga na possibilidade, joga na usura, na ganância, na expectativa de vencer.

E a conclusão da fala do Senador Kajuru, pelo menos até onde eu possa ter... até onde eu assisti – porque eu não entendo de futebol direito, é um esporte que eu nunca pratiquei; pratiquei voleibol, natação, tudo isso, mas... Até onde eu posso perceber, Senador Kajuru, é que, com essa desconfiança agora dos resultados, a gente começa a se recordar de resultados anteriores, não é? De Copa do Mundo... Será que isso está acontecendo só no Brasil ou será que isso acontece no mundo todo e foi descoberto aqui no Brasil? Ou chegou à tona, a gente não tem conhecimento. Por quê? Porque isso é muito novo. Isso é muito novo – para a gente, descoberto agora –, ou seja, Senador Kajuru, o senhor, que um repórter esportivo – ainda o é hoje, pelo menos eu percebo o seu entusiasmo quando fala aqui na tribuna, ainda mais de um tema desse, que o senhor domina –, isso resulta em que, além de perder a credibilidade, as pessoas hoje já assistem aos jogos sabendo que o resultado pode ser forjado. Antes era só o juiz ladrão, não é? Agora são os jogadores. E não são todos, o pior de tudo é que não são todos. São apenas alguns, que comprometem o futebol brasileiro, os clubes brasileiros.

Senador Eduardo Girão.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Eu queria só, Senador Styvenson, ratificar esse discurso do Senador Kajuru – eu falei para ele agora, eu fui cumprimentá-lo: tem que recortar e colocar num quadro. Porque ele fez uma passagem da história, que isso não é de hoje, isso já vem há décadas acontecendo, só que se multiplicou muito – acredito – com esses *bets*, essa cultura, que outros países já estão proibindo.

Agora, o senhor não conhece bem o futebol, mas o senhor certamente já viu como é que é o posicionamento de uma torcida: ela comemora numa defesa de um goleiro, ela comemora num gol... Mas você sabe o que é que comemoraram este final de semana, de que vazaram os vídeos? Acho que foi no G1, que está fazendo uma grande cobertura; eu quero parabenizar as Organizações Globo nisso aí. Você sabe como foi, como é que eles estão comemorando, Confúcio, agora? O jogo está rolando, o pessoal está vendo aqui, apostando, e aí, quando o cara vai pegar o Gatorade lá no banco de reservas, se o Gatorade é da cor que ele apostou, aí o cara começa a comemorar: “Olha aí, ele pegou o que eu disse que ele ia pegar”. Chegou a esse nível, amigo. Quantidade de falta, cartão amarelo... O cara não tem noção nenhuma, e vai e recebe um cartão amarelo, com cinco minutos. Sabe uma coisa assim? Rapaz, virou uma... Não vou falar essa palavra por respeito à Casa, mas eu vou dizer uma coisa para o senhor, Senador Styvenson: se quiser proibir, proíbe. Vai lá no *site*, faz a Polícia Federal... Monitora, pode o *site* estar em Curaçao, pode estar em qualquer lugar. Agora, eu sei que esse pensamento é um pensamento que partilho com a minoria, mas faz parte colocar a posição e deixar as investigações avançarem para ver se tem razão.

Uma coisa eu posso dizer: jogador de futebol, em sua maioria, pelo menos na minha experiência... Pelo menos no Fortaleza, eu não vi... Eu conversei com jogador por jogador quando eu fui presidente, olho no olho deles. Diziam, Confúcio, para mim – sei que você também é desportista –, que jogador de futebol.. Diziam isto para mim: “Olha, não assume isso não, é tudo muito sujo, juiz, jogador de futebol. Quando você mais precisa, eles vão te dar uma facada, vão te exigir, fazer uma chantagem e tal na hora da final.” E eu disse: É muito difícil isso, eu não acredito nisso. É que todo gol que o jogador faz ele dedica a Deus, toda defesa que o goleiro faz ele dedica a Jesus, ou seja, eles são muito firmes na sua religião, na sua fé, são na maioria evangélicos inclusive. Eu dizia: Não é possível que eles façam, eu não acredito nisso, isso é



mito. E foi mito. Eu confesso para vocês que eu conversei com todos eles quando assumi o clube. Eu olhei no olho deles, combinei com eles como é que seria, e eles cumpriram rigorosamente comigo, foram muito corretos.

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então... Agora, exceções existem, mas eu acho que essa exposição, a propaganda vai fazendo com que a própria torcida se desvirtue também, e aí vira esse caos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só, rapidamente, eu vou contar uma bomba para vocês aqui então, para o Brasil inteiro saber, algo que eu iria declarar no livro que vou lançar, o meu quinto.

Primeiro, como informação para o Styvenson, que não é apaixonado pelo futebol. O Tottenham, um dos maiores times da Inglaterra, agora, no mês passado, foi goleado por um timeco por seis. Sabe qual foi a decisão dos jogadores? Os jogadores mandaram devolver o dinheiro da arrecadação para os torcedores, dando um exemplo os jogadores ingleses. Então é só para você saber... É claro que não é do Brasil, é do mundo inteiro. E você era novo demais. Eu fiz nove Copas do Mundo, fiz seis Olimpíadas. A minha primeira Copa foi em 1978, na Argentina. Lembra da Copa da Argentina? Ele tinha um ano de idade, o Styvenson, e eu tinha 18.

Copa da Argentina: quem se lembra do jogo do Peru, gente? Se você lembrar, lá atrás, atrás da Copa de 1978, o João Saldanha, o mestre, o comentarista que o Brasil inteiro consagrou, com quem eu tive a honra de trabalhar, e ele comigo, lá em Goiânia, escreveu um livro subterrâneo do mundo do futebol, lá atrás, nos anos 70, Girão.

E, aí, a bomba para vocês. Copa do Mundo de 1982, aquela seleção mágica do mestre Telê Santana: muita gente acha que o Brasil perdeu no campo para a Itália. Não. O Brasil perdeu no dia do jogo, na preleção em que Telê Santana e Zico – Telê não vivo, Zico vivo, Sócrates falecido infelizmente – saíram da conversa porque naquele dia os jogadores queriam discutir bicho, subornando Giulite Coutinho, que na época era o fantástico presidente do América do Rio, do time de Romário. Eles queriam grana!

Naquela Copa – isso eu tenho que revelar –, um jogador – eu vou dar o nome dele –, Éder Aleixo, ponta-esquerda, traindo o grupo todo, ele se vendeu para um grande patrocinador para que comemorasse todo gol dele de frente a uma placa de publicidade na Espanha, na Copa do Mundo. Então são fatos que não representam indignação para ninguém, ninguém hoje pode falar “Kajuru, não é possível o que está acontecendo”. Claro que é, meu amigo, é só você relembrar o que já houve no futebol. Portanto, futebol em Copa do Mundo, em qualquer lugar do mundo, teve coisas do arco da velha. Agora acho que é a última chance que nós temos de regulamentar, de criar leis, de punir, senão nós vamos perder realmente a credibilidade da maior paixão deste país, que se chama futebol. Hoje eu estou ao lado do Styvenson, prefiro não ver jogo de futebol. Eu vou ouvir Nina Simone, Chet Baker, B.B. King, é muito mais prazeroso.

Obrigado.

O espaço foi dado, a gente tem que agradecer ao Presidente, à sensibilidade dele, que é algo normal, esperado, para uma discussão desse assunto, porque sei que daqui a pouco vai subir à tribuna o Confúcio, e com certeza ele vai trazer um pronunciamento histórico, como sempre faz, mas esse caso aqui hoje não é pronunciamento, esse caso é um caso que nós temos que manter em discussão permanente aqui, esperar essa medida provisória, começar o trabalho aqui no Senado da Comissão do Esporte, e criar um projeto urgente de punição, senão, daqui a 20 anos, nós vamos ver os nossos netos, bisnetos, tataranetos, comentarem: “Oh, no ano 2023, Girão, Kajuru, Styvenson foram para a tribuna, falaram isso no Senado”, e vai continuar acontecendo a mesma coisa.



(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado, de coração, pelo espaço e pelo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu que agradeço por essa viagem no futebol, 1978!

Nosso Senador ilustre Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, aqueles que estão nos gabinetes, nos estados, telespectadores, pessoal que nos visita nas galerias, bem-vindos. Sr. Presidente, o atual Governo Federal merece reconhecimento pela escolha para Ministro da Educação do nosso colega, eleito Senador pelo Ceará, Camilo Santana – que acabou de ser eleito também, nesta última eleição, Senador da República, pelo estado por ele governado em dois mandatos, de 2015 a 2022.

Natural do Crato, no Cariri, graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente na instituição.

Camilo Santana já ofereceu muitos serviços ao Brasil, inclusive na qualidade de servidor do Ibama (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Antes de governar o Estado do Ceará, Santana foi Deputado Estadual, Secretário de Estado na administração de Cid Gomes, também nosso colega Senador.

O nobre colega Camilo Santana, que também é professor, angariou vasta experiência no setor público e, tão logo foi designado para o Ministério da Educação, Camilo escolheu uma equipe de auxiliares experientes e qualificados, com oito mulheres entre os onze integrantes.

Entre muitos nomes relevantes, consta o da Profa. Izolda Cela, mestre em gestão da educação. A nova Secretária-Executiva da pasta do MEC tornou-se a primeira mulher a governar o Estado do Ceará em 2022, de modo que seu currículo bem simboliza o alto nível do grupo ministerial de trabalho atual.

Conforme sabemos, a educação no Estado do Ceará tem se destacado no cenário nacional. Em Sobral, do nosso também colega Cid Gomes, que foi Prefeito por duas vezes a partir de 1996, as reformas na educação se consolidaram. Em 2014, a cidade cearense passou a liderar o ranking nacional de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O exitoso modelo municipal orientou as reformas em todo o Ceará desde 2007, quando o ex-Prefeito se tornou Governador, até 2015. Cid Gomes foi então sucedido pelo Governador Camilo Santana e por Izolda Cela. Ambos tiveram o bom senso de aprofundar o ótimo modelo que haverá de guiar reformas educacionais do Brasil a iniciar na gestão que ora assumem.

Em qualquer país do mundo a política avança por acréscimos, em que as experiências passadas informam o que deve ou não ser mantido, revela os ajustes devido a políticas já exitosas para que nossos avanços se consolidem e indicam o que deve ser abandonado por insuficiência de resultados previstos. Essa lição merece iluminar o Brasil em nosso esforço pela educação para todos.

Aos honrosos novos quadros do Ministério da Educação, manifestamos nossa esperança na retomada das 4.473 obras inacabadas na educação pública em geral, inclusive por seu potencial de geração imediata de emprego e renda. Tendo em vista o problema, apoiamos a urgente retomada das edificações das creches inacabadas, paralisadas, das escolas e de outros equipamentos públicos.

Importa também que o Ministério mantenha os avanços já obtidos na educação brasileira que, embora parcos, existem.

Em todas as hipóteses, eu sugiro que o MEC pise e repise pedagogicamente a velha máxima segundo a qual educação não é gasto público. Trata-se, isso sim, de investimento público, investimento na economia



do país, investimento na geração de emprego e renda, investimento na qualidade de vida da sociedade brasileira.

Assim como um mantra, todos passarão a conviver com essa verdade absoluta e necessária e replicá-la

Eu tive a honra de relatar, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 88, de 2023, de autoria do ilustre Senador Flávio Arns, que trata da responsabilidade educacional de gestores públicos em relação aos padrões de oferta e qualidade da educação básica, ou seja, aquela que vai da educação infantil, passando pelo ensino fundamental obrigatório de nove anos, até o ensino médio. A nossa Constituição Cidadã estabelece em seu art. 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A Lei de Responsabilidade Educacional representa um passo a mais e decisivo na direção de encorpar os dispositivos constitucionais que tratam sobre a educação. O Plano Nacional de Educação e a LDB, especialmente no que se refere à articulação e à integração das ações do poder público, dentro de uma perspectiva do custo-aluno-qualidade, o Projeto de Lei nº 88, de 2023, obriga o cumprimento dos planos de educação nos níveis nacional, estadual e municipal, respeitando o atendimento a padrões de infraestrutura, de funcionamento das redes e das unidades escolares. Assim, Governadores e Prefeitos devem remeter ao Legislativo local um relatório sobre as condições da rede escolar, além do planejamento de programas, projetos e ações para os próximos quatro anos.

Inspirado na lei de responsabilidade fiscal, o projeto almeja antes balizar objetivamente o trabalho dos gestores educacionais, dando-lhes parâmetros, metas e objetivos. Alternativamente, possibilitando e justificando resultados atingidos, se for o caso, pode-se apresentar um plano de melhoria. Para tanto, deverão ser utilizados os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação (Saeb), sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Sras. e Srs. Senadores e telespectadores, quem conhece minha trajetória sabe que é uma das minhas mais recorrentes preocupações a educação. Grande parte dos problemas que acometem o país e a nossa gente deriva da frouxidão da educação pública e sua conseqüente baixa eficiência. Não há um único país do mundo que tenha alcançado elevado grau de desenvolvimento econômico e social sem que tenha obtido antes resultados expressivos no campo educacional. A presente Lei de Responsabilidade Educacional é uma legislação moderna, demasiadamente pensada e discutida por educadores, gestores, legisladores, movimentos populares, sindicatos, partidos políticos, especialistas e técnicos, desde a edição do Plano Nacional de Educação, a partir da Lei nº 13.005, de 2014.

Não se trata, portanto, de iniciativa açodada ou mal desenvolvida. Ela representa um salto qualitativo quanto a políticas públicas capazes de alavancar a qualidade da educação pública brasileira. Estamos muitos anos atrasados quanto à aprovação definitiva da Lei de Responsabilidade Educacional.

O que se pretende com o Projeto de Lei 88, de 2023, do Senador Flávio Arns, é assegurar, do ponto de vista legal, as condições necessárias para que os estados, municípios e Distrito Federal exerçam, com a máxima responsabilidade, suas competências e atribuições relativas à educação básica.

Cada minuto perdido nos é cobrado com o peso de décadas, pois as grandes políticas públicas da área social demandam muito tempo para evidenciar os seus resultados.

V. Exa. quer um aparte, Senador?

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para apartear.) – Senador Confúcio Moura, o senhor é um dos mais exímios representantes da educação deste país, portanto, ouvi-lo é sempre uma aula.

Esse seu pronunciamento me fez lembrar que nós viemos de um Governo que escolheu para a



pasta prioritária, que é a educação, como dizia o Prof. Darcy Ribeiro, do qual você foi admirador, por ser prioridade e o resto ser perfumaria... O Bolsonaro conseguiu uma façanha pífia, quatro ministros “polichinclos”. Como eles não sabem o que significa a palavra, não tem problema, não vou ser processado. “Polichinclos”, literalmente. E veio o Governo Lula para acertar, como o senhor bem colocou, com o nome do Ministro Camilo Santana.

Eu só queria saber se o senhor concorda com o nome que eu quero acrescentar, além da Izolda, que o senhor bem dignificou, a Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é ex-Secretária da Fazenda do Camilo, no Ceará, a Fernanda – eu esqueci o sobrenome dela –, mas certamente o senhor sabe.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Pacobahyba.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pacobahyba.
Ela é de Crato também, assim como o Camilo.

Eu fiquei encantado com a competência dela, o preparo dela, a agilidade dela, ou seja, é também um nome importante, porque o FNDE, que, no Governo Bolsonaro, foi um desastre. Nós tivemos nomes ali que, pelo amor de Deus, nada tinham a ver com a educação.

Então, só para aplaudi-lo porque a gente precisa reconhecer quando um Governo sabe acertar, especialmente numa pasta como a educação.

Obrigado por mais uma aula sua.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Então, Sr. Presidente, eu repito aqui insistentemente sobre a educação. Não vejo a menor possibilidade de inclusão da pobreza brasileira, para combater a desigualdade social, se não for através da educação – não vejo!

Pode fazer tudo. Pode passar o Bolsa Família. Ajuda? Ajuda. Pode fazer isso, pode fazer aquilo. Ajuda? Ajuda, mas sem investimento em educação de qualidade para as camadas sociais empobrecidas no Brasil e, agora, agravadas com a fome... Nós temos, infelizmente, 33 milhões de brasileiros passando fome, segundo os dados estatísticos do IBGE. Isso é extremamente grave, extremamente grave!

Nós temos que encarar essa situação. Primeiro, dar comida para o povo e, segundo, dar educação. Aí, sim, a gente consegue realmente os outros passos, subir os outros degraus da eficiência pública de qualidade, do desenvolvimento do nosso país, como a gente deseja, através dessas ações.

Eu acredito muito, por isso fiz esse discurso hoje de exaltação de quem se esforça tanto e se esforçou tanto no Estado do Ceará, isso por 25 anos seguidos.

Não é somente o Estado do Ceará; nós podemos destacar aqui o Estado de Pernambuco, no ensino médio, que é maravilhoso na educação integral, é exemplo para o Brasil. A cidade de Teresina, lá no Piauí, é uma das referências brasileiras em educação básica. Não são estados mais ricos do Brasil, não. São estados que assumiram e viram a necessidade do investimento na educação de qualidade.

Então é esse o caminho certo. Os meninos lá do Ceará, do Piauí, de outros estados, do Rio do Grande do Norte, da Paraíba, que se destaca bastante também, estão passando em tudo, nos grandes concursos de São Paulo, na área de medicina, na área da engenharia, enfim, outras áreas específicas, eles estão se destacando.

Lógico, tem outros fatores graves no Nordeste e na Amazônia, onde nós temos os piores indicadores de saneamento, de pobreza, de exclusão, de abandono. Estão realmente nesses estados. Mas mesmo assim, a coisa está reagindo.

Dessa forma, eu agradeço pelo tempo. Muito obrigado pelo aparte do Kajuru. E esse é o tema meu



de sempre, do "água mole em pedra dura tanto bate, até que fura".

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para apartear.) – Senador Confúcio, se eu pudesse contribuir com a fala do senhor, primeiro, que eu me lembre, em 2019, o senhor apresentou um projeto na Comissão de Educação, que eu achei interessantíssimo, que o Parlamentar pudesse adotar uma escola – de autoria do senhor. E naquela ocasião, eu já tinha adotado uma escola pública no meu estado, uma escola dentro de uma comunidade. Então achei interessante.

Sobre o investimento, aí eu preciso só, eu não sei se o senhor estava na audiência com o Ministro Camilo, quando ele passou na Comissão de Educação, é triste a gente ver um país que perde 135 bilhões em recursos públicos que deveriam chegar para o aluno, com a evasão escolar. Eu questionei esses números no dia em que ele esteve presente.

No Estado do Ceará, como o senhor está dando como referência, a evasão é baixíssima. É um dos três estados que têm o número de evasão muito pequena. Se não me falha a memória, é 0,3%, ficando atrás do Paraná e Santa... Não, Paraná... Lembro-me só do Paraná. Mas o Ceará está entre os três primeiros em evasão.

É um desafio para a educação, ainda mais quando se tem PNEs, que não se alcançam as metas. Hoje eu não participei da Comissão de Educação, que era *online*, eu achei que ia ser presencial. Quando se criam essas metas, e as metas não são atingidas, são creches inacabadas, são escolas que não têm o mínimo de saneamento, o transporte escolar é uma vergonha Brasil afora. Quando se vai para o Norte e o Nordeste deste país, parece que se agrava mais. O Ideb reduzido.

Infelizmente, quando a gente trata de educação e investimentos – eu trouxe esses dados não para confrontá-lo, longe de mim confrontar o senhor –, mas desperdiçar dinheiro público ainda com algo que não chega à escola, que é o aluno... O dinheiro chega, mas não chega o aluno.

Agora, por que é que esse aluno não busca mais as escolas? É caso de violência. Quando fala violência, não é violência física. Não estou falando do *bullying*, não estou falando dos assassinatos apenas, não. Estou falando da violência e do abandono. Do abandono dos municípios, do estado, do Governo Federal, até nosso mesmo.

Por isso que eu citei o projeto de lei do senhor. Citei o projeto de lei do senhor porque, quando nós Parlamentares formos dentro da escola, deixa de ser um número, aquela estatística, aquele número frio, e vira o sentimento, a realidade. Deixa de ser abstrato e vira o concreto. Ao conhecer a educação realmente de perto, aí sim, a gente vai entender um pouquinho por que é que existe a evasão tão alta.

Dentro dessa mesma fala, já que o senhor me permitiu esse aparte, Senador Confúcio – o senhor sabe que lhe tenho respeito e que gosto do senhor demais, como de um grande professor meu, aqui no Senado –, naquela audiência, além de questionar o número da evasão e desse dinheiro desperdiçado que existe hoje no MEC, esses R\$135 bilhões, partiu também uma curiosidade minha sobre como trazer um exemplo de educação, que há em alguns estados, como o senhor citou, para estados que pouco investem, *per capita*, na sua população.

Eu iria ocupar a tribuna depois do senhor, depois do Senador Eduardo Girão, mas o farei amanhã, para mostrar que estados, e eu vi o do senhor também... Vi na revista *Valor Econômico* agora a quantidade que os estados investem por pessoa. Nós estamos aqui com uma finalidade só: as pessoas. O nosso trabalho é por pessoas, para pessoas e com pessoas.

Pasme, o Estado do Rio Grande do Norte poderia investir quase R\$700 *per capita*, isso na educação, na saúde, na segurança, nas estradas, no turismo. Deveria investir, *per capita* – esse número é meio abstrato –, que seria o investimento que o estado faria por pessoa e não faz, faz menos de R\$200. Então, o nosso desafio, além de ter o investimento, é saber investir. Primeiro, corrigir... Pelo menos do meu ponto de vista, aí o senhor me corrija. Estou aqui bem à vontade para ser corrigido pelo senhor.



Como se reverter os números da evasão escolar? Primeiro, o que é tão ruim nas escolas brasileiras que o aluno não quer ir?

A MP do Governo Federal já permite uma possibilidade de evasão. O senhor falou de Bolsa Família. Eu apresentei uma emenda exatamente para a gente colocar não a presença, ou a presença do aluno – que é de 60% para aqueles do ensino fundamental e 75% para quem tiver acima de 16 anos... Nesse número, o Governo já permite a evasão, ou seja, eu permito que você falte. Aí você me diz: tem que faltar porque precisa ajudar a família, precisa trabalhar, fica doente. Mas o Bolsa Família não já seria para isso? Então, troquei a condicionante faltar – porque pode até faltar, pode até deixar de frequentar por um período ou por um tempo –, porque o interessante seria a avaliação, seria saber o que esse aluno está aprendendo nas escolas brasileiras de hoje. Aí você forçaria o professor, forçaria a ter uma melhor estrutura, forçaria a ter equipamentos tecnológicos, forçaria a ter uma biblioteca, forçaria tudo isso, porque o aluno teria que ter um resultado melhor. E o resultado dessas provas que acontecem de ano em ano, esporadicamente, selecionando alguns alunos, eu acho que não é o correto, o correto deveria ser o ano inteiro. Bom, é o meu ponto de vista.

Só complementando – se é que ajudei ou se não ajudei em nada na fala do senhor sobre educação –, parei mesmo para falar sobre o projeto de lei do senhor que, além de interessante, colocaria o político, justamente, cara a cara, com a realidade da educação.

Obrigado pelo aparte.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado. O seu aparte será incorporado ao meu discurso e o complementa.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Agora o cearense Eduardo Girão.

Senador Eduardo Girão, foi com pesar e com lástima que recebi a notícia, no final de semana, de um policial civil que tirou a vida de quatro companheiros dentro da delegacia.

Eu não sei o tema que o senhor vai abordar agora, mas é impressionante a saúde mental dos policiais. É impressionante o abandono que os policiais sentem em relação aos estados, que deveriam deles cuidar, e o risco que a sociedade tem em ter um policial como esse, que precisa de ajuda ou que, muitas vezes, é um dependente químico, ou está com uma doença mental, ou senão passa por algum problema pessoal e não tem nenhum tipo de acolhimento por parte do Governo do estado. E termos a notícia de que entram na delegacia, planejam asfixiar, com gás GLP, com gás butano, os companheiros, e pelo motivo dado, a motivação que ele dá, é preocupante.

Então, eu me solidarizo com o senhor, com o estado vizinho ao meu, o Ceará, com uma notícia tão ruim, tão trágica para a segurança pública e para aquelas famílias.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Não tenha dúvida, Senador Styvenson. Foi algo muito impactante o que aconteceu neste final de semana, um policial civil...

A gente precisa olhar para a saúde mental, precisa ter um olhar mais humano para o que está acontecendo neste momento tão difícil, em que as pessoas estão tão nervosas, em que as pessoas estão tão ainda polarizadas, dividido o Brasil, e a gente precisa aguardar as investigações, ver exatamente o que houve e o que fazer, porque vidas estão sendo perdidas, e isso aí tem muito a ver com o estresse, tem muito a ver, no meu modo de entender, com a falta de investimentos mesmo, um olhar do Governo do Estado do Ceará.

Eu tive a oportunidade de percorrer vários municípios. Sempre que eu posso, eu vou e percebo que as condições são péssimas de trabalho. A gente chega em alguma delegacia, em algum ambiente, num



batalhão e vê as coisas destruídas, as reclamações dos profissionais que ali estão para defender a sociedade. E aí, como no Estado do Ceará é a mesma coisa do Estado do Rio Grande do Norte, com as facções cada vez mais ganhando terreno, um estado paralelo se tornando cada vez mais forte, e o estado olhando para tudo isso, o Governo assistindo a tudo isso de forma até um pouco permissiva, me parece. E é muito estranho esse tipo de coisa acontecer, coincidentemente, nos estados ideologicamente juntos com o PT.

Mas eu queria, Sr. Presidente, falar hoje sobre a censura no Brasil. Tem uma frase de um grande humanista, pacifista, americano, chamado Martin Luther King Jr. Ele diz o seguinte: “Uma injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar”. Com essa frase, eu quero saudar os brasileiros que estão nos ouvindo agora através do competente trabalho dos profissionais aqui da TV Senado, da Rádio Senado, da Agência Senado, desse *pool* de comunicações, dos funcionários desta Casa, dos assessores, das Senadoras, dos Senadores aqui presentes.

Na última quinta-feira, no dia 11 de maio, o Deputado Federal Gustavo Gayer conduziu uma importante audiência pública da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados para tratar da censura no Brasil. Dentre os palestrantes, alguns dos jornalistas perseguidos – repito, perseguidos! – pelos nossos tribunais superiores, como Rodrigo Constantino, Paulo Figueiredo e Ana Paula Henkel.

Mas o maior escândalo foi o que aconteceu após a exposição de uma dona de casa, de uma mãe de família. Ontem, curiosamente, foi o Dia das Mães e, na véspera do Dia das Mães, após ela participar desse evento, que foi muito impactante, lá na Câmara dos Deputados, sobre censura, a *youtuber* Bárbara Destefani, mais conhecida como Bárbara do Te Atualizei, teve o seu canal do YouTube, com milhares de inscritos, sumariamente banido. Detalhe: isso já aconteceu comigo, Parlamentar que sou. Ou seja, não se respeita mais ninguém. E, após uma entrevista que eu dei ao programa Direto ao Ponto, no ano passado, que já estava aí com centenas de milhares de visualizações – e eu fui firme em tudo que me foi perguntado –, calaram a minha voz e me deram uma punição, pela qual eu não pude, inclusive, fazer postagens durante sete dias. E nunca mais esse vídeo voltou ao ar, que é de um programa que se tem na Jovem Pan, que é *top* de audiência, um programa de entrevistas com uma bancada.

É isso que está acontecendo no Brasil hoje, e, se eu não vier falar aqui sobre isso, eu estou sendo um covarde. Eu sei que mexe com muita gente o que eu vou colocar aqui, mas é um dever que eu tenho para com o povo do Ceará, que me trouxe aqui com muita boa vontade; um dever para com os brasileiros, que acompanham, que incentivam, que oram pelo nosso trabalho; e um dever, principalmente, com a minha consciência, porque a gente está de passagem aqui na terra e, nessa passagem, a gente tem que cumprir o nosso dever, colocar a cabeça no travesseiro e dormir bem.

Então, não é nada pessoal contra ninguém, contra nenhum ministro, contra nenhuma autoridade, Presidente de Casa Legislativa, muito longe disso! Eu procuro fazer preces com a minha família praticamente todos os dias por essas autoridades, por todas as autoridades, porque, por mim, no meu modo de entender, creio piamente nisso, toda autoridade é constituída por Deus.

A Bárbara Destefani, que foi censurada agora – a última censurada do Brasil – é um dos alvos de investigação do Ministro Alexandre de Moraes no âmbito do inquérito das *fake news*, no Supremo Tribunal Federal, e já havia tido o seu canal do YouTube desmonetizado sumariamente por uma decisão do Ministro Luis Felipe Salomão, do TSE. É assim, na canetada! Vai lá e tira.

Não foi só com ela, não! Vou mostrar aqui: empreendedores do Brasil, humoristas, Parlamentares e por aí vai a lei, abrindo a porta fora da Constituição. E tem inquéritos que estão aí há quatro anos sem o devido processo legal, sem a PGR participar, tocando o terror no nosso país, e a população está preocupada. Cada vez mais eu vejo, Presidente, que a população está preocupada, porque eu sou um Parlamentar que vou às ruas, que vou aos mercados, que vou às praças conversar, e converso com gente de direita, de esquerda, de centro, que é contra governo, que é a favor de governo, e eu vejo a preocupação



estampada no rosto da grande maioria dos brasileiros. Nessa exposição que houve quinta-feira na Comissão de Comunicação, Bárbara apresentou um cronograma, em detalhes, de como tem ocorrido a perseguição por parte do Judiciário das vozes dissonantes do espectro ideológico da esquerda, dando exemplos concretos de como o alvo dos inquéritos tem sido apenas de um lado, ou seja, é o lado dos conservadores, e como isso está comprometendo a própria democracia brasileira com o abuso autoritário do poder.

Ela contou que esse processo persecutório não é de hoje, mas começou em 2019, quando a revista *Crusoe* teve acesso a um documento da Operação Lava Jato. Repito, a Lava Jato é patrimônio do povo brasileiro. Pela primeira vez nós vimos políticos corruptos, empresários poderosos e também corruptos presos, punidos neste país. É um símbolo internacional do enfrentamento à corrupção e à impunidade. E nesse documento, o Marcelo Odebrecht revelou o codinome – abro aspas “o amigo do amigo do meu pai” –, usado para se referir ao Ministro Dias Toffoli na empreiteira. Isso foi matéria da revista *Crusoe*, quando a gente estava chegando aqui, repercutiu muito neste Plenário do Senado na época, teve pedido de *impeachment* por causa disso na época. A matéria foi censurada, essa foi a resposta das autoridades, mas depois voltou a ser publicada. O *G1* noticiou que o STF passou então a censurar *sites* e mandou retirar matérias que associavam Toffoli a Odebrecht.

O Ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito – ou seja, por ofício, o Ministro Toffoli, que era o Presidente do STF, passou para o Ministro Alexandre de Moraes –, além de censurar a matéria, estipulou uma multa de R\$100 mil, determinando que a Polícia Federal ouvisse os responsáveis de *O Antagonista* e da revista *Crusoe*.

Isso é o quê? Isso é o quê? Uma perseguição!

E a imprensa não é livre no Brasil? Deveria ser!

A matéria voltou para o ar, porque ficou constatada que a informação era verdadeira, mas aí começou ali a crescente escalada autoritária de perseguição que a gente vê no Brasil nos dias atuais, o seu ápice, contra os que ousam ter um pensamento crítico ao Governo do PT.

Bárbara também contou que, o mesmo PGR, tendo pedido para arquivar o chamado inquérito dos atos antidemocráticos o Ministro Moraes abriu um novo, o que ele chamou de milícias digitais, que já prorrogou pela sexta vez, não tem fim, mas que tem como alvo apenas vozes conservadoras. Coincidentemente é só de um lado.

E lembra que pouco antes, em 2018, a imprensa chegou a denunciar petistas no chamado “mensalinho do Twitter”, envolvendo Gleisi Hoffmann, Luiz Marinho, Wellington Dias, do PT, alguns com posts no Governo atual, inclusive, e fez a pergunta: “Alguns deles foram investigados? Tiveram busca e apreensão em suas casas? Foram presos?”. E ela mesma – a Bárbara – responde: “Nunca”, e mencionou matéria recente da revista *Veja*, de novembro do ano passado, de 2022, com o título “Milícia digital do PT ganha espaço no futuro governo — e estreia muito mal”. Segundo a *Veja*: A milícia digital petista atuou desde o início com método e organização. Muitas das *fake news* que varreram as redes sociais com ataques ao candidato do PL foram produzidas por uma equipe de jovens militantes sob a coordenação do [Deputado Federal] Janones. [...] além dos acontecimentos políticos do dia a dia, [...] [muitas matérias eram recolhidas] em fóruns na chamada *dark web*, ambiente da internet onde é possível comprar e vender informações sigilosas e discutir [quaisquer] assuntos, inclusive ilegais, sem deixar rastros. O passo seguinte da estratégia era mais simples: as postagens eram encaminhadas a grupos de transmissão do qual faziam parte jornalistas alinhados ao PT, políticos famosos e influenciadores digitais [...]. Calcula-se que cada peça produzida atingia mais de 60 milhões de seguidores [uma verdadeira *overdose* de *fake news*]. E a pergunta que se faz é: foram investigados? Tiveram busca e apreensão em suas casas? Foram presos? “Nananinanã”! Nada!

Enquanto isso, a mãe de família, a dona de casa, a pessoa de bem que nunca recebeu nadica do



Governo, nem de nenhum político é vítima de abuso de poder do STF, podendo ser penalizada – e criminalizada – pelo crime de ter a coragem de emitir a sua opinião.

Esse é o Brasil em que a gente está vivendo hoje.

Em dezembro de 2022, logo após o término das eleições, realizamos na Comissão de Transparência Fiscalização e Controle, presidida pelo Reguffe, uma reunião aprovada por todos os membros daquela Comissão, por unanimidade. Foi uma das reuniões mais longas da história do Parlamento. Foram necessárias mais de 11 horas para que pudéssemos dar voz a tantos jornalistas, empreendedores, pastores, comunicadores, artistas e Parlamentares que vinham sofrendo com as decisões autoritárias do TSE e, principalmente, do famigerado inquérito das *fake news*, onde um único ministro acusa, investiga, julga e condena sem direito ao devido processo legal no país.

Olha, Senador Styvenson, Presidente desta sessão, eu fico imaginando: o cidadão brasileiro que rala, acorda cedo para trabalhar, para ganhar o seu pão, para o levar para sua família, para os seus filhos... É uma vida difícil, em que a gente sai de uma pandemia, com desemprego alto, com este Governo, todo dia dando sinais de retrocesso, de incoerência, de vingança, de revanchismo. Eu fico imaginando o seguinte: como é que se vai cumprir a lei? Olha o exemplo que a gente está dando: o cidadão comum vendo aquelas autoridades, que deveriam ser os guardiões da Constituição, rasgando-a todo dia? Isso não é um incentivo para a impunidade dos pequenos crimes? É muito preocupante essa situação. Nós estamos vivendo uma crise sem precedentes na história do país, minha gente! E essa crise não é a econômica, não é a social, não é a política. Todas elas existem sim, mas a mãe de todas as crises é a crise moral. É essa crise ética que a gente está vivendo no Brasil! E as pessoas de bem têm que se levantar – não têm o que esperar –, é claro, sempre, de forma ordeira, pacífica, respeitosa, como na história do Brasil sempre houve: não quebravam nada! Podem ver, nos últimos anos, desde a época lá do Passe Livre, quando começou o movimento do *impeachment*, tinha aqueles Black Blocs, os infiltrados. Será que não houve de novo, nesse dia 8 de janeiro, quando entraram aqui, entraram na Câmara, no STF, no Palácio do Planalto, os infiltrados? É isso que a gente vai investigar nessa CPMI. Precisamos reescrever a história correta. Será que é essa a narrativa que estão querendo enfiar goela abaixo do povo brasileiro? Já teve dezenas de manifestações, com milhares, com quase um milhão de pessoas, e não quebravam nada, eram super-respeitosos! E aí agora, no dia 8 de janeiro, quebraram?!

Eu sou daqueles que defendo a punição exemplar para as pessoas que cometeram crimes, sejam elas de direita, de centro, de esquerda ou infiltrados.

Houve uma matéria da *Revista Oeste*, muito corajosa por sinal, que saiu neste final de semana, Senador Styvenson, Presidente desta sessão, e mostra filiados de partidos de esquerda que vieram quebrar aqui no dia 8 de janeiro! Vem cá, aqui para nós, o que esse pessoal estava fazendo aqui? Estavam se manifestando contra o Lula?! O pessoal de esquerda?! As coisas não batem, não batem.

Daí o grande receio deste Governo, Senador Styvenson, de não querer essa CPMI de jeito nenhum! Fizeram tudo para sabotar, para que essa CPMI não saísse do papel. Está superatrasada, e já era para ter começado. Segundo os veículos de comunicação, ofereceram dinheiro de emendas parlamentares, ofereceram cargos federais para Parlamentares retirarem a sua assinatura. E agora, num passe de mágica, após a revelação das imagens que vazaram na CNN, em que o Ministro do GSI...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... estava com equipe praticamente anfitrião os invasores, dando água, em uma postura superestranha, quando o Governo Federal sabia, segundo a Abin, dois dias antes, que o objetivo daqueles atos seria – dois dias antes – danificar o patrimônio público, inclusive com arma de fogo. Por que não estava o efetivo máximo da



Guarda Presidencial? Por que não estava o efetivo máximo da Força de Segurança Nacional? Quem errou, finalmente, por ação e omissão no dia 8? Nós temos obrigação moral de passar essa história a limpo.

Eu queria, Senador Styvenson, que o senhor me desse um pouco mais de tempo, já que o Plenário está tranquilo. Depois eu me comprometo com o senhor de ir para aí, para que o senhor faça o seu pronunciamento.

Mas eu queria falar dos casos mais escandalosos desses dois pesos e duas medidas que a gente vive hoje no país, só para um lado: foi a perseguição sofrida por um dos maiores empreendedores do Brasil, Luciano Hang, impedido de se comunicar nas redes sociais com os seus mais de 12 milhões de seguidores, gente. Ele continua impedido! O que é que esse homem fez? É por que ele tinha um candidato à Presidência? É isso? Qual foi o seu crime? Ser conservador e ter a coragem de se opor ao sistema, de entregar a verdade. Eu acompanhava as redes sociais dele. Discordava de alguns pontos de vista, mas ele tem o direito. É um empreendedor, um gerador de emprego. Você, um trabalhador, tem direito. O Parlamentar tem direito de se posicionar. Isso é um valor inalienável da nossa Constituição, o direito à liberdade de expressão.

Na última campanha presidencial, ninguém podia mencionar qualquer informação verdadeira que pudesse afetar a imagem do Lula, como ex-presidiário, condenado em três instâncias por liderar o maior escândalo de corrupção da história do Brasil, que desviou bilhões de reais do povo brasileiro. Não se podia falar que ele era amigo do Daniel Ortega, do alinhamento que se tinha. Não se podia falar que ele era a favor do aborto. Todo mundo que conhece minimamente a história do PT sabe que o PT é a favor da legalização do aborto, e o Lula também. Está aí, bastou ele assumir que ele esqueceu a carta que ele fez na campanha, cinco meses atrás ou seis meses atrás, para os cristãos, dizendo que era contra o aborto, que iria respeitar a vida plena em todas as suas fases. Ele já esqueceu tudo isso. O que o seu Governo já fez foi tirar o Brasil de um acordo internacional, do Consenso de Genebra, que é pró-vida, para defender a vida da criança. Muitas atrocidades estão sendo feitas, que ele dizia que não ia fazer na campanha.

A questão de drogas, Senador Styvenson. O senhor é um defensor das comunidades terapêuticas, do tratamento. Esse Governo, a primeira coisa que fez foi acabar com a Senapred, a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas no Brasil. É uma tragédia atrás da outra. Para onde é que vão essas pessoas?

A escalada autoritária não tem fim. Na última semana, a plataforma Telegram foi multada em R\$500 mil por hora e ameaçada de suspensão caso não retirasse imediatamente do ar a sua opinião crítica ao PL da censura.

Mas não ficou por aí, não, o arbítrio, pessoal. Foi mais longe. Sabe o que aconteceu? A plataforma foi obrigada pelo Ministro Alexandre de Moraes a publicar uma opinião dizendo exatamente o contrário sobre o PL da censura.

Você já pensou um negócio deste?

Além de retirar a liberdade de expressão que essa empresa privada tem, foi obrigada a colocar algo em que ela não acredita, que, para ela, é *fake news*, que foi imposto goela abaixo, ou seja, expressando a opinião do próprio Ministro, extrapolando a já condenável censura, para exercer uma verdadeira doutrinação ideológica só verificada em ditaduras violentas.

É isso o que a gente está vendo no Brasil.

O próprio Ministro da Justiça do Lula, o Flávio Dino, falou e repetiu aqui: vai ser na marra. Mais ou menos assim, em outras palavras: ou vocês deliberam sobre esse PL da censura aqui no Congresso e fazem que a gente quer, ou eu, numa caneta, ou o Governo Federal pode definir isso através de decretos ou de outras normas; ou o STF, que tinha um processo em 2017, de um recurso extraordinário, na mão do Ministro Toffoli, vai fazer.



É olhe o que aconteceu: concomitantemente ao que ele falava, não é que o Ministro Toffoli liberou para julgamento uma coisa que estava parada desde 2017, naquela semana? É só ligar os pontos do que está acontecendo com o nosso amado país.

Concluindo, Sr. Presidente, muito agradecido pela sua benevolência: enquanto uma mãe de família, dona de casa, que é a Bárbara, do “Te atualizei”, trabalhadora, está sendo punida com o bloqueio do seu canal para expressar sua opinião, respeitosamente crítica contra a censura, a opinião dela, o ex-Governador Sérgio Cabral, condenado a 425 anos de prisão, está livre, se comunicando nas redes, numa apologia à impunidade.

Vivemos um quadro feroz de implantação de uma verdadeira ditadura da toga.

Uma questão precisa ser respondida pelos Senadores da República: até quando esta Casa continuará calada, covardemente omissa, de joelhos perante um homem, que é a justiça hoje do Brasil?

Em memória do patrono desta Casa, Ruy Barbosa, que, há mais de 100 anos, profetizou sobre a pior das ditaduras, a do Poder Judiciário, pois, contra ela, não há a quem recorrer – ele dizia isso –, precisamos nos levantar e restabelecer o nosso tão abalado Estado democrático de direito e a nossa tão vilipendiada democracia enquanto há tempo!

No um minuto que me resta, eu gostaria de sugerir uma leitura aos brasileiros.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não tenho tempo, eu já extrapolei, eu gostaria de ler, mas, na Revista Oeste, o jornalista J.R. Guzzo, num artigo publicado, neste final de semana, sobre o que está acontecendo no Brasil, a partir das decisões de Alexandre de Moraes, esboça como esse Ministro chegou lá, o que está fazendo e a omissão das pessoas que poderiam barrar. É histórico esse jornalista. Eu recomendo veementemente aos brasileiros que leiam esse artigo, publicado na Revista Oeste, neste final de semana, do jornalista corajoso, talentoso, chamado J.R. Guzzo. O título é: Como ele chegou lá.

Que Deus abençoe, guarde e conduza esta nação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Eduardo Girão. O senhor citou a população, que não tem referência, não é? Eu digo que, quem ocupa o cargo público, se não tiver zelo por ele, ao cidadão não cabe avaliar o valor político de cada cargo desse. Só resta exercer a corrupção neste país, que parece que virou praxe.

Por último, o Senador Izalci ocupa a tribuna.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Styvenson, só, antes do Senador Izalci, que é um grande Senador, também, corajoso, muito presente aqui nesta Casa e em todas as Comissões, eu queria pedir, se o senhor autoriza, eu não pude ler em razão do tempo, se o artigo do jornalista J.R. Guzzo, publicado na Revista Oeste, que eu citei o título, pode ser incorporado ao meu pronunciamento?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pode, sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu agradeço.
DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR EDUARDO GIRÃO. (Vide Item 2.1.1 do Sumário)

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Como ele chegou lá”, J.R. Guzzo, Revista Oeste.



O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senador Izalci, pode ocupar a tribuna.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadoras e Senadores, servidores, antes de iniciar a minha fala, eu quero, aproveitando que o Senador Girão fez algumas colocações aqui, lembrar que hoje é o Dia da Família – viu, Senador Girão? Então é um tema que merece, realmente, uma atenção especial, porque sempre aprendi isso, que a família é a célula da sociedade, a principal célula da sociedade.

Da mesma forma, eu tive a oportunidade, eu fui ao Tribunal de Contas e ouvi um pouco da conversa, da fala do Confúcio, que é nosso grande parceiro aqui, com relação à educação. O Confúcio já foi Governador e conhece e defende muito a causa da educação.

Nós, independentemente da questão de Governo, o que a gente percebe é que não existe no Brasil nenhuma política de estado. Então, cada Governo que entra acaba com tudo e começa de novo.

Aqui é unanimidade. Todo mundo defende a educação 100%, mas, na prática, o que a gente vem assistindo, nos últimos anos, é uma degradação da educação no Brasil. E nós estamos neste momento fazendo algumas audiências públicas importantes em função exatamente da mudança de Governo. E a minha expectativa era muito grande, espero que possa melhorar aqui essa expectativa, mas não é o que está acontecendo.

Eu reconheço o trabalho feito no Ceará, pela educação, Sobral sempre foi um exemplo para nós no Brasil, mas nós voltamos a discutir a questão do ensino médio. E me parece que grande parte não conhece, não conhece o mundo real, porque, de fato, Senador Girão, 78% dos jovens não entram na universidade. É a geração nem-nem, não estuda e não trabalha. Por quê? Porque não tiveram a oportunidade de se qualificar.

E ainda querem tirar dinheiro aqui. Espero que amanhã a gente consiga derrubar, definitivamente, essa medida provisória que trata da retirada de recursos da formação para a Embratur.

E como mudam as coisas... Eu vi agora o vídeo do Presidente da Embratur, o Deputado Freixo, que, quando o Presidente Bolsonaro, Paulo Guedes, o Ministro Paulo Guedes quis tirar dinheiro do Sistema S, ele fez um discurso 100% contrário, dizendo que não se deve fazer isso, pá-pá-pá. Agora, ele mesmo bota esse jabuti na medida provisória, retirando recursos. É um negócio impressionante como as pessoas mudam o seu comportamento em função da situação.

Então, espero que a gente possa, amanhã, derrubar definitivamente. Primeiro, a gente fez uma impugnação, porque essa matéria já foi decidida no Supremo, porque é inconstitucional. O Sistema S é privado. Quem contribui são as empresas, você não pode tirar dinheiro do privado e passar para o público, que é o que eles estão fazendo; além de ser um jabuti, no meio do negócio se mete um jabuti daqueles para aprovar, também tem essas questões inconstitucionais. Vamos tentar votar a impugnação.

Não conseguindo, nós fazemos destaque, retirando os arts. 11 e 12, exatamente para não retirar recursos do Sistema S. Se tem alguém, ainda, que dá qualificação profissional neste país é o Sistema S: é o Senac, é o Senai, é o Senat, cada um na sua área de atuação. Então, não podemos admitir... Além dos institutos federais, que, de certa forma, também têm formação profissional, mas, de resto...

Nós aprovamos a lei do novo ensino médio, foram cinco anos de transição. Agora querem discutir e acabar com a reforma do ensino médio. Aí eu fiquei assustado, quando perguntei ao Ministro como é que ficaria essa situação do ensino médio. Qual foi a resposta? Não, o ensino médio vai aumentar ainda mais a distância das escolas, porque tem escola que não tem banheiro, que não tem energia, que não tem isso e não tem aquilo.

Será que nós vamos esperar todas as escolas do Brasil terem essa condição mínima de estrutura, que já deveriam ter há muito tempo, para começar a oferecer educação profissional para os jovens, para



implantar o empreendedorismo nas escolas, que é a solução definitiva desse país?

Então, a gente fica sem muito entusiasmo de que a coisa vai mudar, porque, exatamente, é uma luta de anos e anos que agora está se discutindo: suspende, depois vamos ver como é que fica.

E a gente observa a falta de infraestrutura. De fato, a gente deu cinco anos. Inclusive, a medida provisória que aprovamos na época incentivava, dava recurso por aluno para as escolas que implementassem a educação integral, porque, de fato, o ideal de uma educação profissional é que se tenha ensino integral. Na parte da manhã ou no contraturno, você oferece, então, a qualificação profissional.

Agora, oferecer qualificação profissional onde não tem laboratório, não tem professor da área – porque eu tive oportunidade de ser Secretário de Ciência e Tecnologia e trouxe educação profissional – não adianta. Já falei isso aqui e na Comissão, não adianta colocar o engenheiro dando aula, mas que nunca construiu nada. Não adianta botar um enfermeiro que nunca trabalhou ou nunca entrou num hospital. Então, tem que ser alguém que esteja no mercado, que conheça a realidade, realmente, do mundo atual.

Nós não temos formação sequer nesses novos equipamentos. Vocês sabem que, na saúde ou em qualquer área, os equipamentos estão sempre evoluindo. A inovação é diária. Você tem equipamento, hoje, na área de saúde, na área do agro, em qualquer área, que está sendo modificado, praticamente, todos os dias, mas o jovem que está sendo qualificado não tem acesso a essa questão da inovação.

Você vê que os hospitais públicos não têm equipamentos de última geração e, conseqüentemente, os jovens que se formaram – os enfermeiros, por exemplo, os técnicos ou até mesmo alguns médicos – não tiveram acesso a essa nova geração de equipamentos já com bastante inovação. Então, para dar uma educação de qualidade, você tem que ter infraestrutura, você tem que ter professor qualificado.

Nós vamos discutir, agora, o Plano Nacional de Educação. Eu passei quatro anos andando por este país, como Deputado, discutindo o Plano Nacional de Educação, que ficou no plano de intenções, porque, atingindo ou não as metas, ficou do mesmo jeito, ou seja, só na intenção. Não atingimos quase nada.

Então, se a gente não aprovar, imediatamente, uma lei de responsabilidade educacional... E aqui ninguém vai botar a culpa no professor e, muito menos, no diretor da escola. Cada um tem a sua responsabilidade. Será que a União fez o seu papel e repassou, de fato, no momento oportuno, os recursos? O Governador, que tem como sua obrigação cuidar do ensino médio, será que ele aportou recurso, colocou infraestrutura e se dedicou, realmente, a uma educação de qualidade? Será que o Prefeito, como responsável pela educação infantil, aplicou recurso e manteve as escolas funcionando adequadamente? Será que tem computador? Será que tem internet? Os professores estão sendo qualificados e requalificados em educação continuada? A gente tem que responsabilizar quem não cumpriu a sua parte, porque na ponta é que vêm as conseqüências. Os professores...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para apartear.) – Senador Izalci, sabendo que o senhor andou o Brasil todo, permita-me esse aparte, que eu nem posso, mas os assuntos estão interessantes e estão se interligando. Eu tinha aparteado o Senador Confúcio, justamente, sobre tema semelhante.

O senhor, em 2014, foi um dos que participaram desse Plano Nacional de Educação e disse que teve pouco aproveitamento. Hoje, na Comissão de Educação, começou a discussão sobre esse novo PNE.

Na verdade, as pessoas que estão me assistindo e assistindo ao senhor falar também já perderam a esperança. É como o Senador Eduardo Girão acabou de citar na fala dele. Que esperança é essa que a gente tem, nos Poderes, que deveriam ser fragmentados, se o interesse particular de um grupo ou de uma pessoa se sobrepõe, justamente, ao da sociedade?

Na verdade, a gente vai discutir que plano, se nenhum objetivo daquele outro – o senhor está me afirmando – não foi atingido ou, pelo menos parcialmente, não foi atingido? O que a gente vê é a educação mesmo que não chega com qualidade a quem precisa. Era isso que eu estava falando com o Senador



Confúcio.

A gente fala de investimento, fala de dinheiro, fala de recurso... O senhor está citando tudo isso aí. Com tudo que o senhor citou, realmente, acrescentando-se aí a merenda, acrescentando-se o transporte escolar, acrescentando-se o esporte, acrescentando-se ali o teatro, para o aluno ter a possibilidade, acrescentando tudo que o senhor disse, eu concordo. Mas quantas escolas no Brasil têm isso? Quantas escolas no país conseguiram alcançar essa meta? Metas são criadas, planos são criados, como o do ensino médio, e logo, logo, quando se assume um governo, um indivíduo ou um grupo de indivíduos submete a população à sua vontade.

Então, Senador Eduardo Girão, na fala do senhor eu iria comentar isso aí. Quando um indivíduo sobrepõe essa fragmentação, essa divisão de poderes, em que a gente vai acreditar? Qual é o nosso papel aqui? Então, é o papel que a população está vendo. “O que vocês tanto discutem?”. “Do que vocês tanto falam?”. “O que vocês tanto planejam?”. “Do que vocês estão falando que na vida real não acontece nada, ou, quando acontece, é para o lado negativo?”.

Então, era só para lembrar isso, porque eu achei interessante o senhor falar que andou o Brasil todo com isso debaixo do braço. E o mais interessante e estarrecedor é ouvir do senhor que pouca coisa daquele plano foi feita.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E vamos discutir de novo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Exatamente.

A primeira coisa que falta neste país é um plano de nação, um plano de Estado, porque não interessa ao governo que vai entrar ou não, até porque a nossa Constituição é parlamentarista. Se você tem que ter um planejamento, “o que eu vou fazer na educação nos próximos 20 anos, ou dez anos, que é o plano nacional?”...

Agora, o que mais dói e pega é o bolso. Mexeu no bolso, a turma... Se você não criar, então, uma lei de responsabilidade educacional e colocar um plano, de fato, que seja executado e que haja consequências se não acontecer isso, não vai acontecer. Por quê? Porque é como eu disse: cada governo que entra acaba com tudo, faz questão de acabar, mesmo que esteja dando certo. Ele faz questão de acabar porque foi outro governo.

O que a gente precisa fazer... Eu apresentei, Senador Girão, uma PEC determinando que os Prefeitos, os Governadores e o Presidente da República apresentassem um plano de metas até 120 dias após tomar posse, obviamente, baseado naquilo que ele prometeu na campanha, e, se ele não executar aquilo que está planejado, no último ano ele fica inelegível.

Acho que nós devemos, inclusive, acabar com essa questão da reeleição. É primeira coisa, porque um dos fatores responsáveis por a gente não ter uma política de Estado é isso, porque qualquer Prefeito, Governador ou Presidente da República que entra no dia seguinte já está trabalhando para a reeleição, e aí não faz o que tem que ser feito.

Agora, como resolver essa questão com o eleitor? Ora, a Câmara e o Senado são um reflexo da sociedade. Quem está aqui não caiu de paraquedas; caiu exatamente em função do voto.

Eu vou dar um exemplo, Girão. Eu fiquei, desde 2011, quando JK completaria cem anos, – sua morte foi uma tragédia, porque Juscelino era uma referência em termos de planejamento –, nós lançamos aqui, por exemplo, o movimento Brasília 100 anos, que era exatamente para pensar nos próximos 50. Depois, lançamos o Todos pelo DF, exatamente ouvindo a população, fazendo um planejamento para a educação, a saúde, a segurança, cidade por cidade, desenvolvimento econômico, repensar o DF... Na pandemia, fizemos mais de 300 reuniões. Fizemos um projeto para a cidade com médio e longo prazos.



Quem é que quis discutir isso na campanha? Quem é que quis discutir educação? Quem é que perguntou qual é o projeto de nação, qual é o projeto de educação, saúde, segurança? Ninguém. O cara perguntava: “É Lula ou Bolsonaro?”. Essa era a pergunta, era o que o eleitor estava discutindo. Agora, o que é que eles vão fazer, o que fizeram, o que iriam fazer no projeto...

Então, o que está acontecendo aqui é o que está acontecendo lá fora. É segmentado, cada um defende os seus próprios interesses, não há um... Nós temos aqui vários sistemas, como o da saúde, da área social. O Suas, o SUS são projetos tripartites: é União, estado e município. Se não houver a integração, não funciona. Aqui cada ministério é como se fosse um governo diferente. Se você pegar os seus estados, cada secretaria é um governo diferente. Cada um vai fazendo... Educação não fala com a saúde. A gente sabe que grande parte dos problemas da saúde se resolve com prevenção na escola, mas não, não pode. Aí não acontece isso. Tecnologia: já aprovamos aqui 500 coisas: internet nas escolas, laboratório em escola... Agora, na hora de executar, aí depende do Governador, depende do Prefeito, depende não sei de quem. Você bota emenda, eles não executam. Então, se você não tiver um projeto em que estejam realmente engajados todos os entes – municípios, estados e União...

Na área de educação, é o que eu sempre disse aqui: a gente constrói a educação pelo telhado. A parte mais forte, que é a União, que recebe os recursos, que tem muito recurso, cuida do ensino superior. Depois, o ensino médio é dos Governadores, é do estado. E aquele que não tem recurso, que fica mendigando aí, com um pires na mão, que é exatamente os municípios, fica com a educação infantil. Como eles não têm recurso, não se investe em educação infantil. Então, a nossa educação não tem uma base, porque a base acontece é lá na alfabetização, com um bom ensino fundamental; depois vem o ensino médio, depois o ensino superior. Aqui, ainda mais agora que não pode reprovar ninguém, você está formando um monte de profissionais que, na prática, não sabe absolutamente nada, e vai para o mercado e vai atender o cidadão.

Por sua vez também, o Estado não conhece o cidadão. Ele sabe mais ou menos quantos são e onde estão, agora, a realidade econômica, social ninguém conhece. Nós aprovamos agora para botar no censo do IBGE a questão dos autistas, para saber quantos são, onde estão pelo menos. Não tem isso. Como é que você constrói política pública se você não conhece o cidadão, se você não sabe a realidade dele? E o que a gente viu... Vocês que têm oportunidade aí de governar e são jovens, política é feito para o cidadão. Qual é o cidadão? Eu falo que a gente precisa entender isto: qual é o cidadão? O cidadão começa no pré-natal. Então, você tem que ter políticas públicas para que toda criança nasça saudável, que tenha um acompanhamento na gravidez, que a mãe seja bem atendida. Depois tem a criança, que tem que ter o direito de brincar, ter a sua fase específica. Depois vem o adolescente, que é outra fase. Você tem que criar política pública para o adolescente. Uma delas é formação profissional. Depois vem o adulto jovem, aquele que vai pensar em formar família, patrimônio. E, depois, o adulto que já pensa na aposentadoria, já pensa na consolidação de tudo isso. Depois vem o idoso, que... No Brasil, acho que ninguém pensou que um dia nós teríamos idosos, porque não tem política pública nenhuma para os idosos. Por quê? Falta você realmente ter uma política do cidadão. Então, Presidente, é isso. Espero que esta semana a gente tenha definida e instalada a CPMI. Não sei se todos os partidos já indicaram, mas, se não indicaram, espero que indiquem para a gente instalar imediatamente essa CPMI, esta semana, e a gente mostrar que, realmente, tem muita coisa que ainda não foi desvendada às quais nós queremos dar transparência, sem passar a mão na cabeça de ninguém, atribuindo a cada um a responsabilidade de seus atos. Não dá para condenar todo mundo coletivamente, cada um tem de pagar pelo que fez, e Brasília não vai pagar esse preço sozinha. Nós sabemos que... O GDF falhou? Falhou.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Falhou, mas vários



outros poderiam ter evitado e não evitaram.

É isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para apartear.) – Obrigado, Senador Izalci.

Antes de o senhor descer... É que eu me referi à educação deste país e falei sobre o questionamento da população – pelo menos é o que escuto pelas ruas – sobre o Parlamento. É justamente por essa falta de educação que nos questionam, por não saberem qual é a nossa atribuição dentro da Constituição, a atribuição do Parlamento, qual é o papel de um Senador da República para o país. O senso comum das pessoas acredita, Senador Izalci, que nós somos Executivo, que nós temos obrigação de dar cirurgia, de comprar remédio, pagar o botijão de gás, fazer estrada. Ou seja, foi por isso que coloquei isso aqui – acho que não deixei muito claro –, para não ter dúvida a respeito sobre até educação política. Quando a gente fala em educação política, em educação financeira, educação cidadã... A gente não tem nem a básica!

É esse o meu questionamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Agora, Senador Styvenson, só para deixar uma coisa clara. É o seguinte: educação você dá em casa; a escola forma, ela ensina, mas quem tem que dar educação... Não adianta a escola falar uma coisa e, chegar em casa, a família falar outra completamente diferente. A gente só vai ter educação de qualidade quando a comunidade e a família participarem também do processo, e não fazerem o que fazem hoje: terceirizar a educação dos filhos para a escola. Não é essa a obrigação de uma escola.

Mas é isso aí. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador.

Encerramento com convocação.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas para amanhã, terça-feira, as seguintes sessões:

- sessão especial, às 11h, em memória da Nakba, a catástrofe palestina; e
- sessão deliberativa, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Obrigado.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 51 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 46^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Documento encaminhado à publicação



REVISTA OESTE — J. R. GUZZO —

Como ele chegou lá.

Alexandre de Moraes soube construir uma situação em que não tem rivais, não tem freios e não tem controles, e na qual está livre para governar o Brasil segundo o que acha que está “certo”, e não segundo o que diz a lei.

Onde o ministro Alexandre de Moraes acertou? Ele é hoje, ao mesmo tempo, condutor do Supremo Tribunal Federal, governador-geral do Brasil e único brasileiro que tem o poder de revogar, mudar ou escrever leis por conta própria, sem necessidade alguma de aprovação do Congresso Nacional. É óbvio, à essa altura, que acertou em alguma coisa para chegar ao lugar em que está. Provavelmente, acertou muito, e em muitas coisas — ninguém consegue se tornar o homem mais importante de um país com 200 milhões de habitantes e PIB de quase 2 trilhões de dólares, segundo FMI, cometendo erros, ou mais erros do que acertos. Pode-se “gostar” ou “não gostar” do ministro, como ele próprio comentou em relação à lei que permite o indulto presidencial. Mas o fato é que ele manda e todo mundo obedece, a começar pelo presidente da República — e se mandar mais vão obedecer mais.



Alexandre Moraes, hoje, decide mais que o Congresso Nacional inteiro; decreta, pessoalmente ou através dos outros ministros, que leis aprovadas legitimamente pelos deputados e pelos senadores não valem mais, ou cria as leis que os parlamentares não aprovaram, mas que ele quer — como é o caso, agora, da lei da censura na internet. Vale, sozinho, mais que as três Forças Armadas juntas. Pode fazer, e faz, coisas ilegais. Prende cidadãos. Bloqueia contas bancárias. Viola o sigilo de comunicações. Nega o exercício do direito de defesa. Dá multa de 22 milhões de reais a um partido político de oposição. Proíbe qualquer pessoa ou empresa (qualquer uma; até membros do Congresso) de se manifestar pelas redes sociais. Eliminou as funções do Ministério Público. Enfiou na cadeia um deputado federal na vigência do seu mandato. Indiciou pessoas por conversarem num grupo de WhatsApp. Comanda no momento dois inquéritos ilegais de natureza policial (que podem ser seis, ou até mais; são tantos que ninguém consegue mais fazer a conta exata), nos quais se processa qualquer tipo de crime que o ser humano possa cometer, tudo junto e tudo misturado — do golpe de estado ao passaporte de vacina. Criou, e usa, algo que não existe no direito universal: o “flagrante perpétuo”. Muito bem: um homem assim manda ou não manda mais que todos os outros?



A ascensão de Moraes ao topo da vida pública brasileira não aconteceu pelos meios comuns. Ele não teve uma campanha eleitoral milionária, com “Fundo Partidário”, apoio fechado do TSE e outras vantagens; aliás, não teve um único voto, e nem precisou. O ministro não vem de nenhuma família que vive às custas de suas senzalas políticas. Não é um bilionário como esses banqueiros de investimento “de esquerda” que vivem dando entrevista na televisão. Não precisou de apoio da imprensa, embora tenha se tornado um ídolo para a grande maioria dos jornalistas brasileiros — é tratado hoje como uma espécie de Che Guevara que lidera as “lutas democráticas” neste país. (O que provavelmente deve deixar o ministro achando muita graça.) Sua origem não tem nada a ver com o PT. Moraes foi nomeado para o cargo por Michel Temer, que Lula chama de “golpista” e é visto pela esquerda nacional como portador de alguma doença infecciosa sem cura. O passado político do ministro, ao contrário, o coloca como secretário de Geraldo Alckmin, nos tempos em que ele não usava boné do MST e era uma figura de piada para Lula, os intelectuais e os artistas da Globo.



Apesar de tudo isso, o ministro Moraes está lá. Como foi acontecer um negócio desses? Ou, de novo: onde ele acertou? Acertou em muita coisa, essa é que é a verdade — e a primeira delas é que entendeu melhor do que ninguém a força e a utilidade da coragem num país em que o ecossistema político é habitado majoritariamente por covardes. Moraes é um homem destemido — assume riscos, enfrenta adversidades e não foge da briga. No Brasil de hoje, faz toda a diferença. O segundo ponto a favor é que soube escolher o lado certo da disputa política atual: percebeu, no momento adequado, que é mais rentável ficar a favor do Brasil do atraso, centrado no Sistema Lula, do que a favor do Brasil do progresso. (Imaginem se tivesse ficado com Bolsonaro e feito as coisas que fez — se tivesse, por exemplo, trancado na Papuda 1.500 agentes do MST que invadem fazendas e destroem propriedade pública. Estaria hoje no Tribunal Internacional de Haia, respondendo por crimes contra a humanidade.) Entendeu, também, que as instituições brasileiras são amarradas com barbante — e iriam se desfazer diante do primeiro homem decidido a falar grosso, desde que tivesse apoio da esquerda e vendesse a ideia de que está violando a lei para salvar a “democracia”. Com instituições fortes Moraes simplesmente não seria o que é; sua carreira já teria acabado por decisão do Senado Federal.



Passou para o lado da confederação anti-Lava Jato que levou Lula ao poder e, aí, soube assumir o papel de astro do filme — entre outras coisas, como presidente do TSE, foi quem realmente colocou o chefe do PT na Presidência da República.

O ministro, igualmente, descobriu que não precisava ter medo de militar — e que isso é uma vantagem decisiva. O regime militar já acabou há quase 40 anos, mas o político brasileiro continua pensando nas Forças Armadas como se elas decidissem alguma coisa — os políticos e as multidões que foram para a frente dos quartéis após as eleições de 2022, na ilusão de que estavam “do mesmo lado”. (O Exército estava, como se viu, do lado da polícia.) Moraes nunca perdeu seu tempo com isso. Foi fazendo o que achou que tinha de ser feito, sem se preocupar com o que poderiam pensar os generais de Exército ou os almirantes de esquadra — e hoje deve estar convencido de que leu acertadamente as coisas. Por que não? Moraes acaba de colocar na cadeia um tenente-coronel da ativa, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, algo expressamente proibido em lei — ele só poderia ter sido preso em flagrante, e não houve flagrante algum. O comandante do Exército não deu um pio. Não se tratava de desafiar o STF, ou quem quer que seja; bastaria dizer que o Exército exige o cumprimento das leis em vigor no Brasil. Ele não vive dizendo que é a favor da “legalidade?” Então: era só cumprir o que diz. Não aconteceu nada.



Outra vantagem para o ministro é a sua capacidade de ignorar a opinião pública. Poucas vezes na história deste país uma autoridade do Estado conseguiu ter uma imagem tão horrível quanto a de Moraes — mas ele não faz nem deixa de fazer nada por causa do que “estão pensando”. O político brasileiro médio passa mal quando se vê fazendo, ou tentando fazer, alguma coisa que pode desagradar o eleitorado — afinal, é dos seus votos que ele vive. O ministro não liga a mínima; não é assim, simplesmente, que ele funciona. Ao contrário, fica mais radical, agressivo e perigoso a cada contrariedade. Ele deixou isso muito claro, entre outros episódios, com sua reação às imensas manifestações de rua do ano passado, e de antes, a favor de Bolsonaro — a quem escolheu como seu inimigo número 1. Em vez de se assustar com aquelas multidões todas, resolveu meter as multidões na cadeia. Deu certo, afinal: a 8 de janeiro ele conseguiu prender 1.500 pessoas de uma vez só, como “exemplo”, e de lá para cá ninguém mais pensou em acampar na frente de quartel. Para o ministro Moraes gente na rua é uma turbina sem potência — faz barulho, mas não tira o avião da pista. Tem dado certo até agora, do seu ponto de vista: está mandando mais, hoje, do que em qualquer outro momento da sua carreira.



Moraes, enfim, tem demonstrado que sabe fazer política do lado que ganha — é o contrário de Augusto Matraga, e isso quer dizer um mundo de vantagens para quem tem ambições de subir na vida pública. No momento mais indicado, soube trocar a direita “autoritária”, onde nasceu, pela esquerda que seria levada ao poder no movimento mais poderoso que já se viu até hoje na política brasileira: a guerra de extermínio contra a Lava Jato e o enfrentamento à corrupção. Passou para o lado da confederação anti-Lava Jato que levou Lula ao poder e, aí, soube assumir o papel de astro do filme — entre outras coisas, como presidente do TSE, foi quem realmente colocou o chefe do PT na Presidência da República. É certo, também, que manda mais do que ele. Vivem os dois, hoje, num contrato de assistência mútua. Moraes dá proteção a Lula, defende os interesses do seu sistema e garante a segurança do universo lulista — para ficar num exemplo só, não incomodou, em quatro anos com os seus inquéritos policiais, um único simpatizante da esquerda. Quer dizer que ninguém do PT, para não falar do próprio Lula, divulgou uma fake news, nem umazinha, nesse tempo todo? É puro Moraes. Em compensação, nem Lula, nem a esquerda e nem ninguém do governo está autorizado a incomodar o ministro no que quer que seja. É a harmonia entre os Poderes.



Como em relação aos militares e à opinião pública, o medo que Alexandre de Moraes tem de Lula é de três vezes zero. Ele sabe, de um lado, que Lula não tem peito para encará-lo, e de outro, que está mais interessado em hotéis com diárias de 37.000 reais, discursos idiotas e o “liberou geral” para o assalto à máquina pública. Também não se assusta com a esquerda, o MST e os Boulos da vida. Sabe que todos têm pavor de bala de borracha; imagine-se então de bala de verdade. Suas preocupações com a Câmara e o Senado são equivalentes — ou seja, absolutamente nulas. O resumo de toda essa opera é o seguinte: o ministro soube construir uma situação em que não tem rivais, não tem freios e não tem controles, e na qual está livre para governar o Brasil segundo o que acha que está “certo”, e não segundo o que diz a lei. Moraes se arriscou muito; poderia perfeitamente ter perdido, várias vezes, a começar pelo dia em que encarou Jair Bolsonaro. Mas o fato é que levou todas, e hoje é isso que todos estão vendo — só não manda naquilo em que não quer mandar. Nada poderia representar tão bem essa situação quanto sua última erupção de onipotência. Proibiu o aplicativo de mensagens Telegram de publicar sua opinião sobre a lei de censura que o governo Lula e ele próprio querem impor ao Brasil — e o obrigou a publicar a opinião dele, Moraes. Desde quando alguém neste país está proibido de dizer o que pensa sobre um projeto em debate no Congresso Nacional? E desde quando alguém é obrigado a dizer o contrário do que pensa? Desde Alexandre de Moraes. O caso Telegram é mais uma prova de que no Brasil de hoje não existe mais lei. O que existe é o ministro Moraes — e, para piorar, o resto do STF.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 2023

Susta os efeitos do item "a" da condicionante específica nº 2.6 da Licença de Operação nº 1.317/2015, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 150/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023

SF/23630.43801-13

Susta os efeitos do item “a” da condicionante específica nº 2.6 da Licença de Operação nº 1.317/2015, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos do item “a” da condicionante específica 2.6 da Licença de Operação nº 1.317/2015 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que garante aos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ribeirinhos e moradores de ilhas e beiradões do rio Xingu, que tenham direito de acesso a dupla moradia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal (CF). O ato contestado é o item *a*) da condicionante específica 2.6 da Licença de Operação nº 1.317/2015 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que garante aos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte o direito de acesso a dupla moradia, nos termos Ofício nº 02001.009719/2015-16 DILIC/Ibama.

No licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, houve a modificação das condicionantes ao ser exigida a dupla moradia dos ribeirinhos, algo não identificado inicialmente e que foi posteriormente incorporado pelo Ibama ao licenciamento. Ocorre que o desvio de curso do rio Xingú e o acúmulo de água próximo ao barramento afetaram somente as residências de ribeirinhos e indígenas nas margens e ilhas do rio e não as residências urbanas. Nesse caso, entendemos ser cabível a indenização pela perda das residências às margens do rio e remoção das populações para novas



Assinado eletronicamente por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3830293365>

Avulso do PDL 150/2023 [2 de 4]



moradas, porém não há que se falar em criação de “território ribeirinho” em áreas rurais com ocupação pré-existente. A nosso ver, a indenização é suficiente para mitigar o impacto social gerado e a criação de “território ribeirinho” seria duplo encargo imputado ao empreendedor.

A condicionante posta pelo Ibama não possui qualquer base constitucional, legal ou infralegal, ou seja, não há lei que determine que deverá ser garantida dupla moradia a ribeirinhos. Na verdade, a condicionante impõe ônus desproporcional ao empreendedor e se baseia em opinião técnica do órgão ambiental. Portanto, em observância ao princípio da legalidade na Administração, entendemos que a condicionante extrapola o poder regulamentar do Poder Executivo de definir em quais condições o empreendimento pode se instalar e operar e, por isso, deve ser sustada.

Além disso, no mérito, a criação do referido território ensejará novo problema fundiário para a região. Para garantir o acesso à dupla moradia, pode-se colocar em risco o futuro de inúmeros produtores rurais da região, que historicamente ocupam e geram emprego e renda para a região. Esses trabalhadores do campo também possuem direito de manter seus modos de produzir e de viver por meio da produção agropecuária. A criação do território ribeirinho simplesmente transferiria o problema fundiário para outro setor da sociedade, por meio da desapropriação de terras produtivas.

Por isso, no meu papel de parlamentar, tenho o dever de apresentar o presente Projeto de Decreto Legislativo que susta apenas uma condicionante da licença de operação, que diz respeito à dupla moradia dos ribeirinhos e que fundamenta a criação do “território ribeirinho” no meu Estado.

Com o objetivo de garantir o cumprimento da Constituição e evitar a intensificação de conflitos fundiários na região, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Decreto Legislativo.

Sala das Sessões,

Senador Zequinha Marinho
PL/PA



Assinado eletronicamente por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3830293365>

Avulso do PDL 150/2023 [3 de 4]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

Avulso do PDL 150/2023 [4 de 4]



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2555, DE 2023

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2555/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/23608.40072-88

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003:

“**Art. 1º**

.....

Parágrafo único: Fica autorizada a utilização dos recursos de que trata o caput, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo, para as seguintes operações de crédito:

I - em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até 10 (dez) salários-mínimos, desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência; e

II - para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas conduzidas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais.” (NR)

Art. 2º Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020:

“**Art. 2º**



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4206914014>

Avulso do PL 2555/2023 [2 de 5]



.....

§ 13 Fica autorizada a concessão de crédito, no âmbito do Pronampe, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo, para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas conduzidas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O mercado de crédito brasileiro é marcado pelas taxas de juros elevadas, bem como pelas restrições enfrentadas pelas pessoas e empresas que têm dificuldades para oferecer boas garantias aos bancos credores, o que desestimula o empreendedorismo, principalmente para as famílias de baixa renda.

Se essas restrições de acesso ao crédito são um grave problema para os potenciais empreendedores de baixa renda, pior ainda é para as pessoas com deficiências e seus parentes mais próximos, muitas vezes responsáveis pelos cuidados e o sustento daquelas pessoas, que enfrentam dificuldades extras para competir no mercado de trabalho ou como pequenos empreendedores.

Para tratar desse problema, propomos a criação de linhas de créditos especiais para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas conduzidas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais. Tais linhas de crédito terão o benefício do direcionamento obrigatório de parte dos recursos dos depósitos à vista captados pelas instituições, como já prevê, atualmente, a Lei nº 10.735, de 2003, para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência

Também incluímos a linha de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), cujo objetivo principal é exatamente facilitar o acesso ao crédito para micro e pequenos empreendedores por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), mas que agora dará um tratamento diferenciado para as pessoas com deficiência.



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kalfus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4206914014>

Avulso do PL 2555/2023 [3 de 5]



Tais medidas viabilizarão o acesso a crédito mais barato para a abertura de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais, com grande impacto econômico e social positivo para as famílias beneficiadas.

Por essas razões, peço o apoio dos Pares a esta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4206914014>

Avulso do PL 2555/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.735, de 11 de Setembro de 2003 - LEI-10735-2003-09-11 - 10735/03

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10735>

- art1

- Lei nº 13.999, de 18 de Maio de 2020 - LEI-13999-2020-05-18 - 13999/20

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;13999>

- art2

Avulso do PL 2555/2023 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2556, DE 2023

Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública.

AUTORIA: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2556/2023 [1 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora TERESA LEITÃO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática dos sistemas de ensino da educação básica pública.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, compreende-se gestão democrática como o conjunto de princípios, processos, instrumentos e mecanismos mobilizados para estimular a participação e a constituição e fortalecimento de conselhos, instâncias colegiadas e instrumentos de participação e fiscalização na gestão educacional.

Parágrafo único. A gestão democrática abrange necessariamente a participação dos profissionais da educação, de estudantes e de toda comunidade educacional, bem como entidades representativas do campo educacional na discussão, na elaboração, na implementação e na avaliação de planos e políticas educacionais e projetos pedagógicos.

Art. 3º A gestão democrática se concretizará a partir das peculiaridades de cada sistema de ensino e considerará os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do plano estadual, distrital ou municipal de educação e no projeto pedagógico das escolas, bem como nos diferentes níveis de gestão;

II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou outras instâncias coletivas;



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3469309402>

Avulso do PL 2556/2023 [2 de 10]

III – provimento em cargo ou função de gestor escolar que priorize titular de cargo efetivo da carreira própria de profissionais da educação do sistema público e que considere o resultado de escolha nominal, com a participação direta da comunidade escolar, constituída por professores, funcionários, alunos, pais, mães e responsáveis;

IV - funcionamento regular de fóruns permanentes de educação, conselhos de educação, conselhos de acompanhamento e controle social e grêmios estudantis ou outros colegiados intraescolares; e

V - fortalecimento do relacionamento solidário, de confiança e de respeito entre profissionais da educação, estudantes e toda a comunidade.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão articular o resultado de escolha nominal, à avaliação prévia de conhecimentos ou processo eletivo, ou concurso público, para efeito do cumprimento do disposto no inciso III.

§ 2º É vedado o provimento, em cargo ou função de direção, de profissional que não componha carreira vinculada à educação básica da respectiva rede de ensino, excetuada a situação prevista no art. 12, bem como por profissional que não tenha apresentado plano de gestão de amplo conhecimento público.

Art. 4º São diretrizes da gestão democrática:

I – democratização das relações pedagógicas e de trabalho, com respeito à pluralidade, à diversidade e aos direitos humanos;

II – fortalecimento de decisões colegiadas e de processos de interação cooperativa entre os diversos segmentos da comunidade educacional, em todos os níveis e estruturas;

III – transparência e controle social na formulação e execução da política educacional e da proposta pedagógica;

IV – valorização das contribuições e da capacidade associativa dos estudantes;

V – valorização dos profissionais da educação e de sua participação nas instâncias decisórias;



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3469309402>

Avulso do PL 2556/2023 [3 de 10]



VI – compromisso compartilhado com a qualidade da oferta educacional e com a aprendizagem dos estudantes;

VII – garantia de infraestrutura e demais condições objetivas para funcionamento de conselhos, fóruns, grêmios estudantis e associações de pais, mães e responsáveis;

VIII – respeito às especificidades das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escolaridade obrigatória na idade própria;

IX – garantia de perspectiva inclusiva para atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e respeito à diversidade de gênero, raça, cor e etnia;

X – gestão informatizada e transparência na execução orçamentária, observada a articulação entre os respectivos planos decenais de educação e os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;

XI - avaliação participativa da gestão educacional que considerará a avaliação institucional e o processo de avaliação dialógica, entre outros aspectos;

XII - realização periódica de conferências de educação;

XIII - garantia da autonomia das escolas na gestão pedagógica, administrativa e financeira; e

XIV - reconhecimento da importância das ações de formação inicial e continuada para o aprimoramento dos profissionais que atuam na gestão educacional.

Art. 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantirão, no âmbito de sua atuação, a existência e o funcionamento ininterrupto de conselhos de educação.

§ 1º Os conselhos de educação têm natureza consultiva, deliberativa, normativa, propositiva e fiscalizadora, assegurada, na sua composição, necessariamente, a participação democrática de representantes de profissionais da educação, estudantes e pais, mães e responsáveis.



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3469309402>

Avulso do PL 2556/2023 [4 de 10]



§ 2º Os conselhos de educação possuem, entre outras, as seguintes atribuições:

I – acompanhar e exercer controle social, nos limites de suas prerrogativas, de atos praticados por gestores;

II – acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos oriundos da vinculação orçamentária, de convênios, doações e outros repasses direcionados à educação;

III – fiscalizar a compatibilidade dos planos de educação em relação ao plano nacional de educação; e

IV – editar normas educacionais, nos limites de suas atribuições definidas em lei;

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contarão, no âmbito de sua atuação, com fóruns permanentes de educação, aos quais serão asseguradas as condições e os meios de funcionamento regular.

§ 1º Os fóruns permanentes de educação, espaços de interlocução e diálogo com a sociedade, são responsáveis pelo acompanhamento da execução dos planos de educação, pela análise e proposição de políticas e por promover a articulação das conferências de educação.

§ 2º Os fóruns permanentes de educação têm natureza consultiva e articuladora e possuem as seguintes atribuições:

I - acompanhar a execução dos planos decenais de educação e o cumprimento de suas metas, na respectiva esfera de competência;

II - promover a articulação das conferências de educação, em sua esfera de competência;

III – acompanhar a definição de parâmetros de financiamento da educação de todas etapas e modalidades, em sua esfera de competência;

IV - acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações;



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3469309402>

Avulso do PL 2556/2023 [5 de 10]



V - promover as articulações entre fóruns.

Art. 7º A composição dos colegiados a que se referem os artigos 5º e 6º garantirá ampla representatividade de setores e segmentos e disporá, entre outros aspectos, sobre a duração de mandatos e a forma de escolha dos seus membros, funcionamento e condições materiais, periodicidade das reuniões, devendo haver previsão de alternância entre representantes governamentais e não-governamentais no exercício de funções de coordenação geral ou presidência, quando couber.

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantirão, no âmbito de sua atuação, a realização periódica de conferências de educação, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, em cada decênio.

§ 1º As conferências de educação são espaços para avaliar a execução dos planos decenais de educação e para subsidiar a elaboração dos referidos planos para o decênio subsequente.

§ 2º A promoção das conferências de educação contará com assistência técnica e financeira da União ao Distrito Federal, aos Estados e Municípios e dos Estados aos respectivos Municípios, considerando os recursos aprovados nos orçamentos correspondentes.

§ 3º A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final de cada decênio, precedidas das conferências estaduais, distrital e municipais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, constituído no âmbito do Ministério da Educação.

Art. 9º As despesas relativas ao funcionamento dos conselhos e dos fóruns permanentes de educação serão previstas nos orçamentos anuais dos respectivos entes da federação.

Art. 10. A participação nos conselhos e fóruns permanentes de educação é função de relevante interesse público.

Art. 11. A existência de lei específica disciplinando a gestão democrática do respectivo sistema de ensino poderá ser considerada como critério na priorização do apoio técnico ou financeiro prestado em caráter suplementar e voluntário pela União, bem como entre as condicionalidades



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3469309402>

Avulso do PL 2556/2023 [6 de 10]



para distribuição de recursos, inclusive aquelas de que trata o art. 14 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 12. Serão utilizadas estratégias, em relação à educação escolar indígena, que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais, territoriais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada à respectiva comunidade e a sua autonomia de escolha, respaldada pelas lideranças indígenas.

Art. 13. O Poder Público, nos termos de regulamento, poderá instituir prêmio para identificar, reconhecer e estimular experiências educacionais que promovam a gestão democrática dos sistemas de ensino, nos termos de regulamento do Poder Público.

Art. 14 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aprovarão ou adequarão, quando já houver, leis específicas para regulamentar a gestão democrática no âmbito de seus sistemas de ensino, no prazo de 1 (um) ano a partir da publicação desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A gestão democrática do ensino público é princípio basilar, conforme previsão do art. 206, inciso VI, da Constituição Federal (CF). O dispositivo determina ainda que tal princípio deverá ser estabelecido “na forma da lei”.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), reitera tal princípio (art. 3º, inciso VIII), determinando ainda que a gestão democrática deve ser regida pela própria LDB e, em cada realidade específica, pela legislação dos sistemas de ensino.

Ainda vale citar a Meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que trata de assegurar, até 2016, condições para a efetivação desse modelo de gestão da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3469309402>

Avulso do PL 2556/2023 [7 de 10]



Importante destacar que o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2022), produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ao abordar a gestão democrática de que trata a Meta 19 do PNE revela que, em 2021, houve, nas escolas públicas, redução no percentual de diretores selecionados por meio de processo seletivo qualificado e escolha com participação da comunidade escolar, bem como crescimento no percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantis).

Outra informação relevante aportada pelo Inep é de que a forma predominante de escolha de diretores das escolas públicas consiste na indicação unilateral por parte da administração (56,3%), situação que, a nosso ver, não se coaduna com os princípios constitucionais e legais vigentes. Esses dados sinalizam a necessidade de empenho de todos para valorizar e fortalecer o princípio da gestão democrática do ensino de forma mais orgânica e coordenada pelo país.

Resta claro, assim, que o conjunto de normas em vigor no País coloca a gestão democrática como um dos pilares para a oferta de educação de qualidade nas escolas públicas brasileiras. Além disso, evidencia-se que esse pilar deve se manifestar não só nas normas federais, mas também constituir tema das legislações específicas em Estados, Distrito Federal e Municípios, e se integrar ao cotidiano das escolas, a fim de que todas as vozes sejam ouvidas e de que, a partir dessa escuta, formulem-se propostas pedagógicas que realmente considerem as necessidades e as eventuais contribuições de todos os interessados.

Cumpramos observar, entretanto, que, a despeito de todo esse robusto arcabouço legislativo, há enorme disparidade e dispersão no âmbito dessas normas estaduais e municipais, conforme aponta o estudioso Erasto Fortes de Mendonça, em documento produzido no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Segundo o referido autor, há normas estaduais, por exemplo, que nem sequer mencionam a gestão democrática, enquanto outras a abordam meramente reproduzindo dispositivos da CF e da LDB.

Em outras palavras, ainda que o conjunto de normas federais do País reconheça a relevância e a pertinência da adoção do modelo de gestão democrática nos sistemas de ensino, há ainda pouca consistência legislativa, nos estados, Distrito Federal e municípios que faça frente, de forma



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3469309402>

Avulso do PL 2556/2023 [8 de 10]



coordenada e colaborativa, aos desafios impostos pela concretização desse princípio no cotidiano do fazer pedagógico e da gestão escolar.

É preciso, portanto, estabelecer um horizonte comum e contribuir para que efetivamente se concretize, ainda que com atraso, a Meta 19 do PNE 2014-2024 – e esse é exatamente o objetivo da proposição que ora apresentamos.

O projeto de lei que apresentamos pretende, dessa forma, estabelecer diretrizes para a normatização da gestão democrática no Brasil, as quais incluem, entre outras, a democratização das relações pedagógicas e de trabalho, com respeito à pluralidade, à diversidade e aos direitos humanos; o fortalecimento das decisões colegiadas e dos processos de interação cooperativa entre os diversos segmentos da comunidade educacional; a valorização das contribuições e da capacidade associativa dos estudantes; avaliação dialógica e participativa, a autonomia das escolas, a transparência e o controle social na formulação e execução da política educacional e da proposta pedagógica.

Em adição, propomos o fortalecimento das instâncias colegiadas, tais como conselhos escolares e de educação e fóruns permanentes de educação, a fim de promover o diálogo, a interlocução e a cooperação, para facilitar que o objetivo comum de prestação educacional de qualidade se torne realidade na vida dos estudantes brasileiros.

Em vista do exposto, solicitamos aos nobres Pares apoio para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senadora TERESA LEITÃO



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3469309402>

Avulso do PL 2556/2023 [9 de 10]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art206_cpt_inc6
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
- Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 - LEI-13005-2014-06-25 - 13005/14
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014;13005>
- Lei nº 14.113, de 25 de Dezembro de 2020 - Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; Lei do Fundeb, 2020 - 14113/20
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;14113>
 - art14



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 454, DE 2023

Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 48 da MPV 1147/2022.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 454/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 48 à MPV 1147/2022, que “altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse, e reduz a zero por cento as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros”.

JUSTIFICAÇÃO

A prorrogação da redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações realizadas com gás natural veicular (GNV), até o dia 31 de dezembro de 2023, é uma decisão acertada em prol dos consumidores. A medida beneficia, principalmente, os caminhoneiros, os taxistas, os motoristas de aplicativos, enfim a população mais necessitada (mais pobre). Configura uma demonstração inequívoca da sensibilidade do governo federal, e, em particular, do Ministério de Minas e Energia, para com a relevância do GNV no mercado de combustíveis, principalmente por cumprir importante papel nos âmbitos social, ambiental e federal.

Do ponto de vista social, o GNV é o combustível mais utilizado por taxistas e motoristas de aplicativos nas regiões onde é distribuído, visto que



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9624836099>

Avulso do RQS 454/2023 [2 de 4]



apresenta maior rendimento em relação aos combustíveis líquidos. Essa economia obtida por esses motoristas, portanto, contribui decisivamente para a manutenção e a geração de empregos e renda. Não por acaso, hoje somos o País com a segunda maior frota de veículos leves que utilizam o combustível (2,5 milhões de veículos).

Do ponto de vista ambiental, o gás natural tem um papel importante para a transição energética do País, visto que é uma fonte muito mais limpa que outras fontes de origem fóssil – o GNV, por exemplo, emite 85% menos óxido de nitrogênio (NOx) e 85% menos material particulado na atmosfera, em comparação com o óleo diesel. Por essa razão, o gás natural representa um ativo para que o Brasil alcance as metas ambientais ratificadas pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso na última Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27) no Egito. Além do mais, o gás natural é certamente uma ponte para um futuro com uso crescente de gás renovável ao permitir o uso da mesma infraestrutura de redes de gás canalizado para a movimentação de biometano (resultado do processamento do biogás), com iniciativas bem sucedidas no exterior e no Brasil que apontam na direção da economia de baixo carbono.

Do ponto de vista econômico, por fim, o uso do GNV em veículos pesados, que já vem ocorrendo em algumas empresas de transporte de cargas, também representa uma alternativa eficaz para reduzir a dependência de importação de diesel, que custa ao País US\$ 7,3 bilhões ao ano.

A emenda, visa colaborar com o Ministério de Minas e Energia e outros organismos do governo federal, para fomentar o desenvolvimento do uso do gás natural, especialmente nos projetos em andamento para o uso de GNV em veículos pesados e até mesmo a produção desses veículos no País. Devemos considerar seriamente a importância desse combustível para as políticas públicas de meio



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9624836099>

Avulso do RQS 454/2023 [3 de 4]



ambiente e saúde, e para a retomada do crescimento econômico do País, com foco na geração de empregos e renda.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2023.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do PL



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9624836099>

Avulso do RQS 454/2023 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 455, DE 2023

Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 52 da MPV 1147/2022.

AUTORIA: Líder do PL Carlos Portinho (PL/)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 455/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23698.34987-40 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PL, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 52 à MPV 1147/2022, que “altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse, e reduz a zero por cento as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros”.

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos que propõe suprimir do projeto de lei de conversão da Medida Provisória no 1.147, de 2022, pretendem redirecionar parte do valor recolhido em favor do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para reforçar o orçamento da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

Vale lembrar que a Embratur teve sua natureza jurídica alterada pela Lei no 14.002, de 2020, deixando de ser autarquia e se configurando como *serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com o objetivo de planejar, formular e implementar*



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2687556552>

Avulso do RQS 455/2023 [2 de 5]



ações de promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior, em cooperação com a administração pública federal (art. 3o).

A referida lei atribuiu competência ao Poder Executivo, por meio do Ministério do Turismo, para estabelecer contrato de gestão com a Embratur. O orçamento-programa da Embratur para a execução das atividades previstas no contrato de gestão é submetido anualmente à aprovação ministerial, e a prestação de contas dos recursos aplicados é feita até 31 de janeiro do exercício subsequente. Em suma, os recursos que custeiam as atividades da Embratur originam-se do Orçamento Geral da União.

Os valores recolhidos em favor do chamado “Sistema S”, por sua vez, são considerados pela doutrina e jurisprudência como contribuições sociais de interesse das categorias econômicas e profissionais, previstas no art. 149 da Constituição Federal. São contribuições ditas parafiscais.

O Supremo Tribunal Federal reafirmou, em julgamento recente, a constitucionalidade das contribuições sociais destinadas ao “Sistema S”, englobando não apenas as contribuições ao SESC e ao SENAC, mas às demais entidades integrantes (SEBRAE, SESI, SENAI, SEST e SENAT). Apreciou-se o Recurso Extraordinário no 603.624, que buscava afastar a incidência das contribuições ao SEBRAE, à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), incidente sobre a folha de salários, após o advento da Emenda Constitucional no 33, de 2001.

Frise-se, contudo, que o produto da arrecadação dessas contribuições não integra os Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social da União. No entender da Corte Suprema, os recursos dirigidos ao Sistema S, quando ingressam nas entidades paraestatais, perdem o caráter de recurso público (ACO AgR/ES no 1953, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ de 19-2-2014), embora continuem sujeitas ao controle



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2687556552>

Avulso do RQS 455/2023 [3 de 5]



do Tribunal de Contas da União quanto à aplicação dos recursos recebidos (RE no 789.874/DF, Rel. Min. Teori Zavaski, DJe de 19-11-2014).

Diante desses fatos jurídicos, não é razoável advogar, nem mesmo em bases estritamente políticas, que contribuições paraíscais ocupem o lugar que, por lei, deveria caber ao Orçamento da União.

A contribuição ao Sistema S, aferida sobre a massa salarial dos comerciários, paga pelos estabelecimentos empregadores vinculados à Confederação Nacional do Comércio, tem sido historicamente bem direcionada aos objetivos originais e às atividades finalísticas que fundamentaram a criação dessas organizações na década de 1940.

Pode-se discutir se os serviços estão sendo prestados eficientemente, ou se a contribuição deveria ser ampliada ou reduzida para atender à demanda, mas redirecionar parte dessas contribuições para compor o orçamento de um agente estatal de fomento atenta contra a natureza político-jurídica da obrigação imposta aos empregadores no comércio.

Politicamente, a relação estabelecida entre o Sistema S, suas fontes de recursos e os cidadãos que dele se beneficiam deve continuar sendo essencialmente privada. A lei apenas disciplina uma iniciativa que nasceu e deveria se manter contida no universo desse sistema social.

Se houver convicção do Poder Executivo de que mais investimentos na Embratur se transformarão em divisas no setor de serviços, que inclua as dotações correspondentes no Orçamento Anual. Nessa linha, vale lembrar que a Lei no 14.472, de 14 de dezembro de 2022, derivada do Projeto de Lei no 2.380, de 2021, que trata do Fundo Geral de Turismo (Novo Fungetur), sofreu veto presidencial nos artigos 25 e 26, que destinavam recursos para a Embratur. Seria melhor que o Congresso Nacional apreciasse a derrubada dos referidos vetos, oferecendo fontes de recursos para a Embratur, sem prejudicar o funcionamento do Sistema S.



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2687556552>

Avulso do RQS 455/2023 [4 de 5]



Requeiro, em nome da Liderança do PL, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 52 à MPV 1147/2022, que “altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse, e reduz a zero por cento as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social e...

Sala das Sessões, 12 de maio de 2023.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do PL



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2687556552>

Avulso do RQS 455/2023 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 456, DE 2023

Requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, em setembro, a fim de celebrar os 180 anos do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB.

AUTORIA: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 456/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, em setembro, a fim de celebrar os 180 anos do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, instituição jurídica mais antiga das Américas, este ano celebra 180 anos de ininterrupta atividade.

Fundado em 1843, por Ato Imperial de Dom Pedro II, com a finalidade de organizar um ordenamento jurídico pátrio e criar a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, desiderato cumprido em 1930, quando o presidente à época do IAB, Dr. Levi Carneiro, foi eleito o primeiro presidente da OAB, passando, portanto, o IAB a ter assento no Conselho Federal da OAB desde a sua fundação.

O IAB, conhecido como a Casa de Montezuma, em homenagem ao seu primeiro presidente, Francisco Gê de Acayaba Montezuma, consultor do Império, desde a sua fundação, dedica-se à construção do estado brasileiro e à consolidação de nossa democracia, sendo órgão de constante consulta do Congresso Nacional e atuando no processo legislativo e no Judiciário, sempre no aprimoramento do ordenamento jurídico nacional e de nossa advocacia.

A história do IAB se confunde com a história do Brasil praticamente desde a sua independência, tendo integrado seus quadros os maiores expoentes do conhecimento jurídico, como Ruy Barbosa, Clovis Bevilácqua, Teixeira de



Assinado eletronicamente por Sen. Fliziane Gama e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8534971717>

Avulso do RQS 456/2023 [2 de 3]



Freitas, Evandro Lins e Silva, Bernardo Cabral, Heleno Fragoso, Seabra Fagundes, Epitácio Pessoa, Sepúlveda Pertence, Moreira Alves, e muitos outros, tornando-se reconhecida casa de juristas, na qual participam, advogados, magistrados, membros do Ministério Público e da advocacia pública.

Diante do exposto, e, sobretudo, diante da importância do IAB na história nacional, peço o apoio de todos os pares para aprovação desta justa e merecida homenagem.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2023.

Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)



Assinado eletronicamente por Sen. Eliziane Gama e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8534971717>

Avulso do RQS 456/2023 [3 de 3]



Término de Prazo



Encerrou-se em 12 de maio o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2018.

Não foi apresentado recurso.

Tendo sido rejeitada terminativamente pela CCT, a matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PL - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
UNIÃO - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

PSDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
UNIÃO - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damarens Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PSD - Dr. Samuel Araújo* (S)
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 29

PSD-16 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Dr. Samuel Araújo.	PSD / RO
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 29

MDB-10 / UNIÃO-9 / PODEMOS-4 / PDT-3

PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	PSDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	UNIÃO / AL

Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	UNIÃO / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Vanguarda - 13

PL-12 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO
Zequinha Marinho.	PL / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damare Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	29
Bloco Parlamentar Democracia.	29
Bloco Parlamentar Vanguarda.	13
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (PSDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Cunha* (UNIÃO-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (UNIÃO-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Samuel Araújo* (PSD-RO)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PL-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (UNIÃO-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styverson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrielli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º - VAGO

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 29</p> <p style="text-align: center;">Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,18) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (21,27,37)</p> <p style="text-align: center;">Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (44) Confúcio Moura (35,43) Giordano (45)</p> <p style="text-align: center;">Líder do UNIÃO - 9 Efraim Filho (4,18) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Davi Alcolumbre (26) Alan Rick (28)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODEMOS - 4 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (24)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 3 Izalci Lucas (5) Vice-Líder do PSDB Alessandro Vieira (48)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 29</p> <p style="text-align: center;">Líder Eliziane Gama - PSD (29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 16 Otto Alencar (7) Vice-Líder do PSD Omar Aziz (31)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,40) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (20)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 1</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líder Zequinha Marinho (47)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PL - 12 Carlos Portinho (22) Vice-Líder do PL Jorge Seif (46)</p> <p style="text-align: center;">Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (19,25)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (33)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (35,43) Daniella Ribeiro (41,42) Jorge Kajuru (8,40) Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Randolfe Rodrigues (36) Weverton (38) Zenaide Maia (39)</p>	<p style="text-align: center;">Oposição</p> <p style="text-align: center;">Líder Rogério Marinho - PL (16) Vice-Líderes Eduardo Girão (19,25) Magno Malta (23) Eduardo Gomes (32)</p>
<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria</p> <p style="text-align: center;">Líder Renan Calheiros - MDB (17)</p>	<p style="text-align: center;">Bancada Feminina</p> <p style="text-align: center;">Líder Daniella Ribeiro - PSD (41,42)</p>

Notas:

- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
- Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
- Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
- Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
- Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
- Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
- Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
- Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
- Em 01.02.2023, o Senador **Oriovisto Guimarães** foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2023-BLVANG).
16. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
17. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
19. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO)
20. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB)
21. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
22. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
23. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
24. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
25. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
26. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
29. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
30. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
31. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
32. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
33. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
34. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
35. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, o Senador Raulo Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
42. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
43. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
44. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
45. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
46. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
47. Em 28.04.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 86/2023-BLVANG).
48. Em 10.05.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. 38/2023-GLPSDB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Finalidade: Acompanhar "in loco" a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Requerimento 34, de 2023

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 15/02/2023

MEMBROS

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾

Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽⁵⁾

Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁷⁾

Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 08.02.2023, os Senadores Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Mecias de Jesus foram designados membros titulares para compor a Comissão (RQS nº 34/2023).
2. Em 09.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular para compor a Comissão (Of. 8/2023-GSEGAMA).
3. Em 15.02.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular para compor a Comissão (RQS nº 66/2023).
4. Em 15.02.2023, foram eleitos os Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama como Presidente e Vice Presidente da comissão. O Senador Dr. Hiran foi designado relator (Of. nº 01/2023 - CTEYanomami).
5. Em 1º.03.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular para compor a Comissão (Of. 11/2023-GSMPONTE).
6. Em 1º.03.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular para compor a Comissão (SF/23418.31524-10).
7. Em 1º.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular para compor a Comissão.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretárias-Adjuntas: Camila Moraes Bittar e Erika Leal Mello

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cteyanomami@senado.leg.br



4) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/04/2023

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,11,12)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	9. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾	10. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13
Telefone(s): 6133033516
E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. ^(1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. ^(5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecção, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecção; e o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
- Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPP).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5,8)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,8)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,8)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽²⁾	6. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(2,5,8)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,5,8)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(2,8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ^(3,9)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽³⁾	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).



7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLID/BLPPP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 5/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para, no prazo de cento e oitenta dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).

2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁷⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁶⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ^(2,5)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLID/BLALIAN).



Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 13/2023-CMA, do Senador Wellington Fagundes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. VAGO ^(3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1.
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**Reuniões:** Terças-feiras 12 horas -**Telefone(s):** 61 3303-2005**Fax:** 3303-4646**E-mail:** cdh@senado.leg.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. VAGO ^(5,10,11)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecção, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida eleger o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida eleger o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).



Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽²⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,5,6)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	9. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,5)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,7)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida eleger a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**E-mail:** cra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽¹⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Notas:

1. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Felipe Costa Gerales

Telefone(s): 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
- Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
- Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).

14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCU DO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

